



Centro Universitário de Brasília - Uniceub

Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais - FAJS

ISABELLA PETROCCHI RODRIGUES DOS SANTOS

**TRAVESTIS NO SISTEMA CARCERÁRIO DO DISTRITO FEDERAL:
Visibilidade e compreensão da identidade de gênero à luz dos
direitos humanos**

Brasília

2017

ISABELLA PETROCCHI RODRIGUES DOS SANTOS

**TRAVESTIS NO SISTEMA CARCERÁRIO DO DISTRITO FEDERAL:
Visibilidade e compreensão da identidade de gênero à luz dos
direitos humanos**

Projeto de pesquisa apresentado como
requisito para aprovação na disciplina
Monografia II do curso de bacharelado em
Direito do Centro Universitário de Brasília.

Orientadora: Prof(a) Camilla de Magalhães
Gomes

Brasília

2017

ISABELLA PETROCCHI RODRIGUES DOS SANTOS

**TRAVESTIS NO SISTEMA CARCERÁRIO DO DISTRITO FEDERAL:
Visibilidade e compreensão da identidade de gênero à luz dos
direitos humanos**

Monografia apresentada como requisito para
conclusão do curso de Bacharelado em
Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas
e de Ciências Sociais do Centro Universitário
de Brasília – UniCEUB.

Orientadora: Prof(a) Camilla de Magalhães
Gomes

Brasília, dia 08 de dezembro de 2017.

Banca Examinadora

Prof(a): Camilla de Magalhães Gomes

Prof(a): Carolina Costa

Prof(a): Viviane Nikitenko

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho foi um desafio para mim, em todos os sentidos: já na metade da faculdade sabia que queria escrever sobre gênero, e talvez por isso os percalços tenham sido tantos ao longo da trajetória dessa pesquisa. Isso porque tive que desconstruir e (re)construir inúmeros pensamentos meus que acreditava estarem corretos, completos. Quando comecei esse trabalho, entendi logo que, em termos de gênero, achar que algo é “completo e correto” é ariscado, para dizer o mínimo. Mas eu não cresci e nem aprendi sozinha.

Nesse sentido, começo agradecendo à minha mãe, Giane, que me fez crescer com o interesse pelos estudos, pelo conhecimento e fez isso com a inteligência que sempre admirei, com os debates travados na mesa de almoço, me auxiliando e dando novas ideias não só academicamente como no meu caminhar. Agradeço também ao meu pai, Antonio, pela doçura que lhe é característica, pelas conversas e pelo amparo constante. Sem isso eu, com certeza, não seria quem sou hoje.

Também agradeço à Mariana, pelo companheirismo. Por me apoiar, me dar forças, ceder seu colo quando eu precisei e me estimular a sempre persistir, a perseverar. Pela tolerância, pelo amor inigualável e por andar do meu lado apesar das dificuldades que só nos sabemos como resistir. À Lavínia, por diariamente me alegrar e me dar esperança.

À toda minha família, pelos cuidados, afagos, abraços calorosos, pelo amparo incondicional.

Agradeço também aos meus amigos pela união nos momentos difíceis, pelo carinho e compreensão.

À Camilla de Magalhães Gomes, minha orientadora, pela dedicação, pelo tempo dispendido a sanar minhas dúvidas e anseios, por entender e compartilhar de muitas das minhas indignações e por me estimular a sempre buscar mais.

À todos aqueles que aceitaram ser voluntários(as) nesse trabalho, em especial às travestis que foram entrevistadas. Suas colaborações foram fundamentais para eu aprender e compreender como é a realidade, dura, dentro do sistema.

RESUMO

O presente trabalho trata sobre a situação carcerária das travestis e demais mulheres trans encarceradas e busca analisar até que ponto os instrumentos protetivos que versam sobre o assunto em comento são respeitados e de fato cumpridos pelo sistema penitenciário. Nessa conjuntura, a pesquisa estabeleceu seu foco nos presídios do Distrito Federal e, mais especificamente, no Centro de Detenção Provisória (CDP). Tendo isso em vista, as bases da metodologia de pesquisa foram a pesquisa bibliográfica e realização de entrevistas semi estruturadas, no sentido de que foi construída uma base de perguntas para servir de guia, mas houve liberdade para se apresentarem outras questões a serem desenvolvidas ao longo da conversa com os(as) voluntários(as) desse projeto. O objetivo, aqui, foi o de esclarecer e pontuar a teoria e a prática que se circunscrevem ao tema em análise, percebendo onde são os pontos de desrespeito aos direitos e garantias das travestis em situação de encarceramento. Foi também imprescindível a coleta de dados qualitativos do sistema carcerário do DF no que se refere ao tratamento das travestis por parte dos agentes carcerários. Foi constatado que, apesar de os instrumentos protetivos, a nível nacional e internacional, caminharem no sentido de assegurar o respeito às diversidades da população LGBT e à identidade de gênero das travestis, em se tratando da visão, na prática, do sistema (e das instituições que o formam), é claro o descaso: a legislação, as normas e os princípios que tratam do tema são continuamente ignorados. Entre as justificativas estão o desconhecimento de quem sejam essas mulheres trans encarceradas e a insistência dos agentes que fazem o sistema (diretores de presídio, juízes de direitos, etc) em sustentar padrões morais e estéticos binários, não enxergando as travestis verdadeiramente como quem são: mulheres. Assim, o estigma que recai sobre as travestis encarceradas tem peculiaridades que precisam ser tratadas com atenção, tendo em vista o contexto social cisnormativo em que estão inseridas.

Palavras-chave: Gênero; Identidade de gênero; Sexualidade; Travestis; Sistema carcerário;

Sumário

INTRODUÇÃO	7
1. GÊNERO E TRAVESTILIDADES: corpos fluidos e sujeitos que resistem	10
2. INTERSECÇÕES: Gênero, Sexualidade e Sistema Carcerário	21
3. DIREITOS PARA IDENTIDADES OPRIMIDAS: direitos das travestis são Direitos Humanos	34
4. NORMAS E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO TEMA	44
4.1. INSTRUMENTOS PROTETIVOS INTERNACIONAIS	45
4.2. INSTRUMENTOS PROTETIVOS NACIONAIS	49
5. REALIDADES DO SISTEMA CARCERÁRIO NO DISTRITO FEDERAL: conhecendo as narrativas daqueles que fazem parte das estruturas de poder	54
CONCLUSÃO	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	65
ANEXOS	69
ANEXO 1: OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA VEP	69
ANEXO 2: TCLE PARA JUÍZ DE DIREITO	72
ANEXO 3: TCLE PARA DIRETOR DO CDP	75
ANEXO 4: TCLE PARA TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE ENCARCERAMENTO	78
ANEXO 5: PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS COM A JUÍZA TITULAR DA VEP	81
ANEXO 6: PERGUNTAS PARA DIRETOR DO CDP	82
ANEXO 7: PERGUNTAS PARA TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE ENCARCERAMENTO	83

INTRODUÇÃO

O conceito de gênero vem, cada vez mais, sendo objeto de debates, fazendo com que o número de produções teóricas e políticas acerca do tema aumente significativamente nos últimos anos. Ocorre que, apesar dessa eclosão de ideias e discussões, as concepções sobre os signos e significados que compõem “gênero” ainda se mostram confusas e, nesse contexto, as necessidades dos grupos LGBT e, principalmente, das travestis, não são adequadamente atendidas. Esse descaso institucionalizado ganha ainda mais destaque no âmbito do sistema carcerário e, desse modo, travestis presas formam um grupo especialmente destacado da sociedade.

Com isso, apesar de existirem resoluções que cuidam da forma de tratar e respeitar as travestis encarceradas, o que se observa, em vias práticas, é uma enorme dificuldade por parte das agentes que compõem o sistema penal como um todo em cumprirem tais regramentos normativos, ocasionando inúmeros desrespeitos aos direitos desse grupo social. Nesse sentido, a população trans é ainda mais excluída e estigmatizada, seja por ignorância da sociedade no que se refere às identidades destoantes do tradicional binarismo sexual seja por um pretenso e preconceituoso padrão moral dominante.

O tema envolve conceitos a serem melhores esclarecidos e importantes discussões sobre a população carcerária de forma geral e dos grupos que a formam. A sede de vingança da sociedade desencadeia a punição desenfreada e, muitas vezes, desmedida daqueles que, de alguma forma, descumprem o contrato social tacitamente seguido pela maioria. Assim, é interessante o estudo detido sobre esse assunto, no intuito de evidenciar os excessos por parte daqueles que detêm o poder e as carências dos grupos marginalizados ante ao aparelho punitivo estatal e aos processos excludentes da sociedade. O capítulo 2 trata com mais atenção sobre esse assunto.

Reforçando a pertinência do assunto em voga, destaca-se que o número de produções acadêmicas, na área do Direito, não é significativo, o que faz com que a pesquisa tenha que buscar artigos e textos em outras esferas, como Psicologia, Antropologia e, principalmente, Serviço Social. Então, apesar de as ciências serem complementares e do fato de que a promoção do encontro entre elas fazer florescer conhecimentos, é necessário e urgente que as ciências jurídicas tratem com mais

propriedade do tema, vez que é com a mudança de paradigmas da política criminal, do sistema penal e dos princípios do Direito que a situação das transexuais e travestis encarceradas irá realmente mudar.

No que se refere às estatísticas que tratam dos direitos das travestis da situação delas no sistema carcerário, os dados são verdadeiramente vazios: as estatísticas do sistema carcerário parecem ignorar totalmente a presença da população trans encarcerada. Em diversos exames desses dados, o que se faz evidente é que a falta de visibilidade das travestis fazem com que elas não apareçam como número importante do sistema, que, por sua vez, quase que exclusivamente só disponibiliza estatísticas sobre homens e mulheres inseridos na concepção dicotômica de gênero, não englobando as identidades várias que fazem parte da população carcerária.

Outrossim, essa realidade de descaso no que tange ao grupo trans levanta uma série de questionamentos, como por exemplo: quantas são as travestis que realmente estão encarceradas? Como elas são tratadas pela população carcerária como um todo e pelos agentes públicos? Elas têm seus direitos respeitados? Em caso negativo, qual a gravidade desse desrespeito? Quais as medidas que, na prática, são tomadas com a finalidade de ao menos diminuir o sofrimento suportado por elas?

Aqui, essas perguntas encontraram contornos mais concretos quando recorreremos às entrevistas como técnica de colheita de dados. A intenção foi dignificar as vozes das travestis e dar visibilidade aos problemas que assolam o cotidiano no cárcere, sendo que, acredita-se, é aproximando a realidade da teoria que de fato podemos ter a dimensão das falhas. Esse é o tema que trata o capítulo 5 desse trabalho.

Então, aliaram-se as entrevistas com pesquisas em leis, resoluções, normas, princípios e instrumentos protetivos que versavam sobre o tema ora em comento para, assim, harmonizar os objetivos da pesquisa com o arcabouço prático e teórico almejado no presente trabalho, sendo que o capítulo 4 discorre sobre isso. Na Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE) entrevistamos o Dr. Celso Wagner, Coordenador Geral de referida instituição. O Centro de Detenção Provisório (CDP) foi o lugar em que ocorreram as entrevistas com as travestis e com o Dr. José

Mundim, Diretor dessa unidade prisional. Ademais, a Juíza Titular da Vara de Execuções Penais (VEP), Dr. Leila Cury, também foi entrevistada.

Por fim, observa-se que as perguntas aqui expostas são polêmicas e de difícil resposta. O que ocorre é que o despreço do sistema, de modo geral, pelo assunto é tão grande que os instrumentos protetivos e seus princípios que visam assegurar direitos e garantias à população LGBT, de modo geral, não são cumpridos, não são observados e respeitados. Logo, o que se busca, nessa pesquisa acadêmica, é por em destaque os problemas, do ponto de vista jurídico, das travestis em situação de encarceramento e, com isso, relacionar a prática com a teoria, fazendo uso da criminologia crítica e da interpretação de princípios na realidade do sistema penitenciário.

1. GÊNERO E TRAVESTILIDADES: corpos fluidos e sujeitos que resistem

A estrutura de poder, sistematizada pela ideia de (des)apropriar-se para dominar, revela um comportamento social que impõe padrões de conduta e rechaçam os grupos e/ou indivíduos que se afastam do senso de “normalidade”. Assim, o estudo dos gêneros e da sexualidade é essencial na busca pelas tentativas de entender os lugares que de fato ocupam as identidades divergentes do comum e do aceito socialmente, bem como compreender suas reivindicações.

Nesse sentido, os processos históricos e sociológicos que constroem o termo gênero mostram que, até hoje, os conceitos acerca do tema são por demais confusos e confundidos: tentam atribuir-lhes um único objeto e, com isso, perdem a real dimensão dos significados. Nessa mesma linha de raciocínio, Scott (2012, p. 332) sustenta que:

Parece não haver um único lugar no qual o gênero possa confortavelmente ou finalmente repousar. E é justamente por isso que, estes debates são políticos. As disputas políticas que se seguem a partir da incerteza sobre gênero, levam a uma proliferação dos seus significados.

Para Simakawa (2015, p.47), “falar sobre estas diferenças de gênero sem as desumanizar, patologizar, exotificar – sem as colonizar, enfim – é um desafio significativo, especialmente quando se parte de um local imerso nestas diferenças de gênero”. O local a que a autora faz referência é, em linhas gerais, a sociedade tirana e limitadora; sociedade na qual “ser” é um exercício subversivo, pois, para assegurar as garantias fundamentais dos sujeitos e o respeito às identidades diversas, é necessário o enfrentamento de uma série de conceitos e preconceitos enraizados no corpo social.

Nesse contexto, porém, destacam-se algumas concepções de autoras que buscam analisar o assunto, como Scott (2012), que defende a ideia de que o termo não é estático nem estável, não repousa em lugares sólidos e isso faz das pessoas combatentes numa arena de debates políticos, morais e sociais infindos. Nesse raciocínio, a autora diz que:

É esta luta política que eu penso que deve comandar nossa atenção, porque gênero é a lente de percepção através do qual, nós ensinamos os significados de macho/fêmea, masculino/feminino. Uma “análise de gênero” constitui nosso compromisso crítico com estes significados e nossa tentativa de revelar suas contradições e

instabilidades como se manifestam nas vidas daqueles que estudamos. (SCOTT, 2012, p.332).

Portanto, identificar os fatores de poder dos sistemas dominadores, as desigualdades em relação ao feminino e os usos do gênero podem ser importantes instrumentos sociolinguísticos para transcender as barreiras biológicas do determinismo sexual. A arbitrariedade prejudica a própria existência do gênero e a construção das especificidades dos indivíduos. O termo gênero, com sua acepção ampla e fluida, não pode ficar perdido em uma rede desconexa de relações de poder: a importância cultural do seu reconhecimento é ideologicamente imprescindível para a aceitação gradual das travestis, assim como toda a população LGBT.

Essa discussão sobre os conceitos de gênero torna-se evidente quando voltamos atenção às identidades das travestis, transgêneros, transexuais e tantas outras. Isso porque elas representam a desconstrução do binarismo sexual, da dicotomia de gênero da cisgeneridade¹, cisnormatividade², na medida em que põem à prova as imposições dos preconceitos socialmente construídos por aqueles que querem normatizar os corpos e os sujeitos.

Em se tratando do preconceito, é importante trazer as controvérsias que ocorrem quando se trata de sexualidade, sexo biológico e gênero. Isso porque podemos questionar qual a relação entre gênero - como categoria social- e o sexo – como a fisiologia dos corpos. A distinção entre ambos os conceitos é de suma importância para o debate e desconstrução da ideia de que a biologia comanda os signos do corpo (SCOTT, 2012).

A forma como os sujeitos se identificam no que se refere ao gênero toca questões muito mais fluidas, como a autodeterminação, as vivências e a construção que as pessoas fazem sobre e para si mesmas, tendo sempre em vista que o intuito é justamente não definir ou por margens às expressões e especificidades dos indivíduos. Já o sexo biológico é, em linhas gerais, aquele que é designado quando

¹ Podemos dizer, em linhas gerais, que o termo “cisgênero” busca representar aquelas pessoas que se identificam com o sexo que lhes foi atribuído quando de seu nascimento, ou seja, não são transgêneras. Assim, nas palavras de Simakawa (2015, p. 44) cisgênero é “utilizado fundamentalmente para se pensarem formações corporais e identidades de gênero naturalizadas e idealizadas”.

² Segundo Simakawa (2015, p. 69-70) “podemos tomar a cisnormatividade como uma série de forças socioculturais e institucionais que discursivamente produzem a cisgeneridade como ‘natural’”.

do nascimento do sujeito tendo por base a genitália, hormônios tidos como masculinos ou femininos, entre outros (BUTLER, 2010).

Faz-se importante dizer, porém, que apesar do fato de existirem tais classificações e predefinições do que seria sexo e gênero, não se pode ignorar o fato de que é também no corpo que as mais diversas expressões de gênero se traduzem como identidades, no sentido de fazer-se ver por elas mesmas e de serem identificadas como tais. Então, corpos, identidades e sexos se misturam e isso se faz justamente porque todos se constroem juntos e não existe - nem deve existir - uma linha que divida as evoluções e mudanças que tais conceitos operam nos sujeitos.

Porém, deve-se chamar atenção ao fato de que as distinções e as dificuldades que existem ao se questionar o corpo e o sexo dos sujeitos se coloca como uma problematização substancialmente mais complexa, ou ao menos mais intrincada (no sentido de seu terreno ser mais árduo de se desconstruir) do que, por exemplo, as indagações sobre o gênero. Isso porque, para Magalhães Gomes (2017, p.78) “os obstáculos talvez estejam relacionados mesmo àquela forma rígida de oposição natureza/cultura, em que corpo e sexo corresponderiam a dados do primeiro campo e gênero ao segundo” e, então, tais conceitos seriam ao mesmo tempo produtos e produtores do discurso (MAGALHÃES GOMES, 2017).

Logo, é fundamental notar “que os conceitos não dão conta da realidade, que são, no mínimo, ferramentas discursivas que podem, ou não, ajudar neste trabalho”. (ANDRADE, 2012, p.122) vez que os corpos existem e se fazem em sua mutabilidade, pluralidade, “mas os discursos hegemônicos que lhe conferem sentido – e, portanto, criam corpos ao mesmo tempo em que os “descrevem”, num movimento performativo – só concebem dois corpos sexuais: feminino e masculino”. (MAGALHÃES GOMES, 2017, p. 80).

Dito isso, temos que a teoria da performatividade coloca que o gênero é a base do entendimento sobre as limitações dos corpos e que o processo de “negação da humanidade” (MAGALHÃES GOMES, 2017, p. 89) também encontra espectro no desenvolvimento desse conceito. Logo, é o gênero “e como ele e suas normas leem esses corpos de um ponto de vista sexual, como se garante ou se confere legitimidade ou vida ou inteligibilidade a partir do marco do gênero”. (idem, p.89) que buscam explicar as normatizações dos corpos.

Nesse sentido, Butler, em sua teoria sobre performatividade e identidades de gênero diz que “a inscrição do ato performativo não é um *a posteriori* e o sujeito produz e é produzido na inscrição do ato, portanto”. (MAGALHÃES GOMES, 2017, p. 90). Segue dizendo que, diferentemente da ideia de construção, posta por John Austin, a performatividade não exige a existência de um sujeito predefinido ou anterior aos conceitos de gênero, e diz que esse sujeito não é nem somente produto das construções nem apenas o produtor de si mesmo, mas antes que o fazer, para a performatividade, “diz respeito a uma repetição de atos que ganham sentido nessa repetição ou por causa dessa repetição, que ganham sentido como convenção, porque performado e enquanto é performado”. (MAGALHÃES GOMES, 2017, p.90).

Portanto, pensar gênero levando em consideração a citada teoria da performatividade significa dizer que, de forma diversa da performance teatral da “ilusão do feminino”, “o corpo não é anterior ao gênero, ou seja, que o significado – corpo – não pode ser tomado destacado, independente ou livre do significante – gênero ou linguagem de gênero – já que ambos são produtor e produto.” (MAGALHÃES GOMES, 2017, p.91).

Ainda nesse contexto, Simakawa (2015, p.63) diz que a “sustentação desta verdade supostamente natural – apesar da impossibilidade objetiva de sua definição – evidencia como esta atribuição de sexos é inserida em um projeto colonial pensado para a manutenção de instituições e valores como ‘família’ e ‘reprodutibilidade’”.

Nesse espaço, é comum se relacionar as pessoas que nascem com a genitália identificada como feminina como mulheres e como homens aqueles que nascem com a genitália identificada como masculina. Ocorre que a identidade de gênero não necessariamente corresponde ao sexo biológico da pessoa, como tentam impor os sistemas sociais cisnormativos e transfóbicos.

Então, as dimensões de homem e mulher se expandiram com a reinterpretção dos limites das categorias até então defendidas como fixas. O sexo biológico passa a ser apenas mais um fator no que tange às identidades e a abrangência dos sujeitos enquanto indivíduos diversos é levada cada vez mais em consideração. Com isso, os significados de mulher e de homem se tornaram termos a serem produzidos por sujeitos de forma constante, incessante.

Investigando as implicações da atribuição do sexo biológico ao gênero, a delimitação de “mulher” e “homem” baseando-se tão somente no sexo biológico é simplória se levarmos em consideração a imensa complexidade em se tratando de identidade de gênero. Isso faz com que as identidades destoantes desse binarismo sofram com a não aceitação e a ignorância daqueles que se recusam a vê-las como sujeitos de direitos.

Tendo isso em vista, cabe uma breve análise sobre o que é pertencer ao universo trans bem como refletir sobre as complexidades do que é “ser travesti” e ser trans enquanto seres “fora do padrão”. De início, ressalte-se a fala de Simakawa (2015, p. 51), quando chama atenção ao fato de que, em se tratando de identidades trans,

É possível notar como suas formações estiveram associadas a diálogos – efetivados a partir de relações de poder profundamente desiguais e assimétricas – com normatividades sociais várias sobre o que significa identificar-se com gênero(s) diferente(s) daquele que fora imposto ao nascer.

Nesse contexto, Simakawa (2015) segue indagando como se constituiria e o que seria, então, uma “verdadeira” mulher ou um “verdadeiro” homem. Desenvolve essa ideia colocando um ponto basilar, que seria o fato de que delimitar uma ou mais identidades como as verdades últimas em termos de gênero nada mais seria do que buscar a instância última do poder respaldado por uma série de normatividades sociais, no sentido de que quem dita o que é certo ou errado é quem manda, ou ao menos se sente no direito de mandar, nas outras identidades marginalizadas.

Assim, é a resistência das pessoas que não se limitam a tal jogo de poder que busca afirma-las como sujeitos de direitos e como sujeitos pertencentes a um espaço social. Além disso, Scott (2012, p. 337) diz que “gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres, que isto sempre é uma questão de política”.

Feitas essas considerações, sobre o poder do discurso e das normatizações pré concebidas no corpo social, Magalhães Gomes (2017, p.79) defende que:

No lugar de um agente que constrói o gênero imprimindo cultura à natureza, mente ao corpo, entra em cena o agente que, nascido e inserido já em determinados discursos que não escolheu para si

toma esses discursos e, em sua agência, performa o gênero, repetindo a norma ou reinscrevendo-a subversivamente.

É interessante notar também que as travestis, de modo geral, desafiam os padrões normatizantes e hegemônicos da sociedade, mas que, na estruturação de suas identidades, parecem internalizar uma série de disciplinas diversas, mas rígidas no sentido de que, para conseguirem ser identificadas pelos que estão de fora como travestis, personificam “os valores dominantes sobre como deve ser o corpo, a roupa, os gestos, as cores e acessórios para cada gênero, num processo de longa e ininterrupta duração” (PELÚCIO, 2009, p. 230). Contudo, esse aparente reforço aos estereótipos de gênero não é exatamente o modo como as travestis veem a si mesmas, mas é antes um modo de “manejar com os estereótipos como garantia de sobrevivência” (MAGALHÃES GOMES, 2017, p. 92).

Por sua vez, Andrade (2012, p.117-118) busca evidenciar a fluidez das identidades trans* e a impossibilidade de se limitar o corpo desses sujeitos como algo no singular, mas que deve ser tido como uma forma plural de se expressarem e se identificarem, ao dizer que

As travestis, da mesma forma que as transexuais, carregam, por assim dizer, os fenótipos de uma nova e moderna estética corporal, são imagética e afetivamente femininas. Mas transportam também os genótipos de sua ambiguidade, são biologicamente masculinas e femininas. Não existe um padrão. Em momentos específicos, podem agir dentro do modelo afetivo que convencionamos chamar de masculino e, em outros momentos, podem agir de forma oposta, no feminino.

Tais comportamentos aparentemente paradoxais, ressalte-se, não definem o que é ser travesti, até mesmo porque “ser” está associado a autodeterminação e não à visão que os outros têm sobre os corpos, mas é fato que a externalização do feminino em corpos destoantes é um dos principais fatores que dá espectro para as confusões, satirizações e escárnios sobre suas identidades que fogem do binarismo e da cisnormatividade.

Tendo isso em consideração, Simakawa (2015, p.175) esclarece aspectos fundamentais no que se referem à vivência e à identificação travesti quando diz que:

Embora não haja critérios objetivos para se dizer quem é travesti (tentativas de delimitar estes critérios não faltaram, no entanto), costuma-se associar as vivências travestis aos hormônios, às cirurgias plásticas, às ruas em que o sexo é negociado, aos

assassinatos cotidianos, além de diversos termos ofensivos relacionados a estas pessoas. **Mais que tudo, entretanto, acredito que as vivências travestis estejam associadas à ideia (equivocada) de que as travestis não têm direito às suas identificações como mulheres e/ou como pessoas femininas, quando não à sua humanidade mesma** (grifo nosso).

Assim, apesar de as transformações físicas operarem grande parte da performatividade trans*, no sentido de serem a parte mais “visível” para os que estão de fora, o corpo não é o único a mudar: a mente e os comportamentos mais íntimos também mudam no sentido de uma nova educação social, corporal e moral a serem por elas adotadas para, assim, afirmarem e personificarem suas identidades (PELÚCIO, 2009). Mudam no sentido de passarem a internalizar comportamentos e referências que as destacam e as colocam no lugar de seres “diferentes” e vistos como, no mínimo, “ambíguos” pela moral social dominadora.

Ademais, sobre a luta contra a normatividade de gênero no que se refere às travestis, Pelúcio (2009, p.233) defende que “seus corpos parecem escapar às duras normas que prescrevem como cada sexo deve corresponder a um gênero respectivo, instituindo identidades binárias como naturais, e não ideais regulatórios”.

Ocorre que o caminho a se percorrer para ver reconhecidas suas identidades é árduo: quando as travestis conseguem se autoreconhecer e se identificar como quem são, socialmente passam a ser cada vez mais excluídas e desrespeitadas. Pelúcio (2009, p.237) diz que as travestis mostram que “o gênero é algo que pode ser construído, e é essa transgressão que as desloca de um plano de inteligibilidade, de classificação e, assim, de humanidade”.

Quanto mais se afirmam, mais a sociedade parece endurecer os mecanismos de afastamento desses corpos inconformes. Nesse viés, para Pelúcio (2009, p. 235) essa rejeição social às travestis “tem relação, justamente, com o distanciamento das normas hegemônicas, que são, antes de tudo, normas que falam sobre o sexo”.

Torna-se evidente que a questão não é tanto o fato das travestis e se aproximarem do feminino e adotarem signos de feminilidade. Mas sim por serem símbolos que incitam a sociedade a perceber que existem sujeitos, individualidades e corpos diferentes e que o controle e os mecanismos de poder não são capazes de suprimir por completo o que destoa do “padrão”.

Fica claro que “o medo maior não são os indivíduos que estão em trânsito, são os indivíduos que estão cristalizados, que podem, uma hora ou outra, perceber que também têm várias faces, por mais que sejam ocultas ou não potencializadas” (ANDRADE, 2012, p. 118). Ademais, Scott (2012, p.337) esclarece que “enquanto não podemos exatamente separar nossos corpos de nós mesmos, nós podemos cogitar a ideia de que corpos não são o suficiente para providenciar uma segura definição de identidade, papéis e orientação sexual”.

Corroborando com a ideia sustentada anteriormente e para mostrar a forma como é tratada a população trans* pelo sistema, quando o assunto é assegurar seus direitos mais básicos, Simakawa (2015) relata a situação de uma travesti chamada Alice, com 30 anos de idade, ao tentar retificar seu registro civil e adequar seu nome ao gênero que se identificava. São exigidos da travesti vários documentos como a comprovação de eventuais alterações hormonais, implantação de próteses de silicone e fotos que possam mostrar que ela se porta como mulher. Simakawa (2015, p.142) traz questionamentos pertinentes sobre o ocorrido:

Que tipo de suposições gênero-normativas se demonstram institucionalizadas, quando esperamos que alguém a demandar retificação de nomes tenha de 'se portar' de determinadas maneiras para acessar o direito humano à identidade? Que tipo de suposições sobre a população trans, e sobre a construção sociocultural dos gêneros, podem ser lidas nas entrelinhas do 'se portar como do sexo feminino'?

Ainda sobre Alice, a partir do exposto, é de se chamar atenção o fato de que o sistema resume as travestis como “homens que querem ser mulheres”, pois as exigências levantadas não parecem estar preocupadas com a forma como as travestis identificam a si mesmas, mas com o máximo de características e atributos femininos que elas conseguem ter, vez que é um pouco mais fácil aceitar uma travesti que “parece mulher” do que compreender as individualidades e multiplicidades das identidades e expressões de gênero não binárias e que não há essa necessidade de travestis e transexuais se encaixarem exclusivamente no que a sociedade determina que deve ser o lugar delas. (SIMAKAWA, 2015).

No contexto do sistema carcerário, essas suposições e o consequente descaso com as individualidades se mostra quando se indaga como se dá a separação das travestis para as celas específicas, para as celas “especiais” que existem em alguns complexos penitenciários do DF. O diretor do CDP, em entrevista

realizada, responde que no momento que as pessoas chegam ao presídio, é feita uma triagem.

Então, nós perguntamos né? Tem alguém que é homossexual? Normalmente você já identifica pela... pelo comportamento. Hoje com a evolução da medicina, a maioria tem seios, né? Colocaram bumbum. Então... e a maneira de falar, maneira de andar é mais fina, mais feminina. Eles se identificam, né? Fora aqueles que a gente já identifica visualmente.

Além disso, os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual são confundidos, muitas vezes, quando se analisa o discurso de “quem faz” o direito e, aqui, considera-se que o direito é feito por quem estrutura o sistema; por quem tem a autonomia e o poder de moldar, alocar e realocar esse mesmo sistema e as pessoas dentro dele. Isso se torna claro na fala da Juíza de Direito Titular da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal (VEP) quando explica a forma pela qual as travestis são designadas para as celas “especiais” que existem no CDP:

[J1]: Chegando lá no CDP eles fazem a triagem e dentro de lá, o Mundim, que é o diretor, ele vai alocar quem é homossexual, travesti. Então... quem é gay né. A gente faz assim no geral: LGBT. Então pra essa pessoa ficar numa cela separada de todos os demais presos é necessário apenas e tão somente que ele se declare homossexual.. se declarou homossexual, ele vai separado da grande massa e vai ficar numa cela onde só tem homossexual....Então normalmente o que que eles fazem... o pessoal quando vê que eles já tem seio e tem traços femininos, pergunta: tem a ala de homossexual, você vai pra lá? Ok vai pra lá. Algum outro que não tenha trejeito ai ele fala: não, eu sou homossexual ai ele vai pra cela.

Então, as travestis, nesse contexto, são consideradas homossexuais “afeminadas”. O que se evidencia é a imposição das ordens cisgêneras, heterossexuais; a imposição da pretensa moralidade “padrão”. Isso porque, quando uma travesti assume signos supostamente femininos, o sistema que oprime se encarrega de supor, de imediato, que se a pessoa quer “se parecer mulher”, então ela tem que gostar de homem. As travestis que vão para a ala “especial” ficam com os homossexuais, e são consideradas “gays”. As inferências e as generalizações são praticamente automáticas.

Sobre a cisgeneridade, Simakawa (2015, p.45) sustenta que ela “pode ser resumida como sendo a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponda ao “sexo atribuído no nascimento” a elas”. Destaca ainda a relevância de se discuti-la haja vista a necessidade de termos noção de como é sistematizada a naturalização dos corpos e como lhes são

impostos modelos a serem seguidos, quase como que protótipos ideais de vida que devem ser seguidos. Assim, revela-se que, segundo Butler (2003, p.137), “o corpo só ganha significado no discurso no contexto das relações de poder”

Prosseguindo na análise, diz Simakawa (2015, p. 51) que “a autodeterminação de pessoas de gêneros inconformes ainda pode ser considerada um direito extremamente precário, e nem sempre reconhecido de maneira plena”. Por isso mesmo se faz elementar o debate em torno de qual ou quais estruturas tentam subjugar ou submeter a diversidade das identidades de gênero e porque o fazem. Por serem frutos das individualidades dos sujeitos, as identidades de gênero e como se expressam deve se afastar de conceitos pré-definidos e buscar ao máximo levar em consideração como travestis e transexuais querem ser tratadas e como desejam se mostrar aos que estão de fora.

Seguindo nessa linha de raciocínio, “pensar uma genealogia da cisgeneridade e seus correlatos nos auxilia a repensar criticamente sobre as inconformidades de corpos e gêneros, apontando para as estratégias de poder envolvidas nas produções das categorias utilizadas para nomear tais inconformidades” (SIMAKAWA, 2015, p.49). Na concepção de Simakawa (2015), assimilar e conhecer a genealogia da ideia da cisgeneridade ajuda a conscientizar os sujeitos que são estigmatizados pelos ideais colonizadores da normatividade de gênero compulsória presente na sociedade que brutaliza os que estão do outro lado, os que não se encaixam nas definições cisnormativas.

Partindo disso, nota-se que os conceitos de gênero são fluidos e diversos e isso se faz justamente porque “é um lugar de lutas sobre o que conta como natural e o que conta como social” (SCOTT, 2012, p.345). Logo, o espaço de debate que se circunscreve ao tema deve ser sempre aberto a novas ideias. Aqui, nota-se uma conclusão fundamental: “é a própria identidade da mulher que está em jogo nos debates de gênero” (SCOTT, 2012, p. 337). E se a identidade da mulher está em jogo, a masculinidade também se vê atacada, pois o que foge à dicotomia vigente e enraizada na sociedade, incomoda. Por isso a resistência. Por isso a confusão. Porém, exatamente por isso a necessidade de debruçar-se sobre a amplitude da mulher, aqui entendida como aquela que não se limita a corpos sexuais, nem a papéis a ela impostos. Ser mulher não é deixar-se fazer. É ser e desafiar, pois “ideia mais radical de entendimento de gênero é sobre a concepção de várias definições

de homem/mulher, masculino/feminino, na sua complexidade e instabilidade” (SCOTT, 2012, p.337).

Com isso queremos dizer que as tentativas de padronização dos conceitos do feminino, masculino e de tantos outros se veem desafiados e abalados pela resistência dos inconformes, dos marginalizados por esse mesmo discurso de poder que busca normatizar os corpos e as mentes. O corpo performativo vai além das fronteiras que tentam o limitar sendo que

Isso significa que os atos corporais dos indivíduos que estão fora da norma podem reinaugurar a cadeia histórica dos sentidos dados aos corpos. Para que isso aconteça, no entanto, essas experiências devem ser vivíveis, devem ser permitidas, devem ganhar possibilidade, o que implica mudar as epistemologias de produção de normas sobre os corpos. (MAGALHÃES GOMES, 2017, p.86-87).

Sobre as inúmeras possibilidades de se desenvolverem e de poderem se mostrar tanto a si mesmas quanto aos outros, muito embora ainda existam e persistam uma série de preconceitos da sociedade, uma série de desrespeitos, incompreensões, agressões e ameaças em relação às identidades diferentes dos padrões, as mulheres trans* “brincam com as várias possibilidades de serem trans (incluindo o direito de ser heterossexual ou lésbica), as travestis brincam com as várias possibilidades de serem travestis (incluindo o direito de ser tudo em termos de sexualidade)” (ANDRADE, 2002, p. 89).

2. INTERSECÇÕES: Gênero, Sexualidade e Sistema Carcerário

O Centro de Detenção Provisória (CDP) foi o presídio em que transcorreram as entrevistas com as mulheres trans em situação de encarceramento. As respostas dessas mulheres às indagações desenvolvidas nas entrevistas buscam conferir legitimidade aos resultados do presente trabalho, justamente porque é sobre a fala delas que essa pesquisa pretende se desenvolver. Isso pelo motivo de que o objetivo, aqui, como já dito, é dar voz ao que falta para elas em termos de direitos humanos, de necessidades básicas. A pesquisa não levou em conta apenas dados apresentados pelos que lidam com o sistema (mas que estão de fora das celas). Buscou-se, primordialmente, investigar e evidenciar os reais problemas do sistema sob a ótica de quem dorme e acorda encarcerada.

O caminho até o CDP, porém, faz-nos voltar a alguns meses antes de, efetivamente, chegarmos lá. A Subsecretaria do Sistema Penitenciário (SESIPE) foi o ponto de partida para se perquirir onde estariam as mulheres trans encarceradas. Lá, sentei à mesa com o coordenador geral da SESIPE, o Dr. Celso Wagner Lima, ocasião na qual expliquei quais eram as pretensões da minha pesquisa e com quem eu precisaria conversar para desenvolvê-la. Quando falei sobre a necessidade de falar com as mulheres trans, o Dr. Celso foi categórico ao dizer que somente no CDP eu as encontraria. Perguntei o porquê e foi dito que em nenhuma outra unidade prisional havia celas separadas para o público LGBT e que seria como “procurar uma agulha no palheiro” achar essas mulheres em outro lugar que não fosse o Centro de Detenção Provisória. Nesse momento se tornou evidente, para mim, que a dificuldade de obter dados reais sobre as travestis encarceradas seria enorme. Isso porque, num universo de vários presídios sob a tutela da SESIPE, somente em um deles as travestis eram de fato identificadas como tais e separadas da massa carcerária nas celas LGBT.

A seguir, para dar seguimento à pesquisa e conseguir entrevistar os participantes necessários, procedi com um requerimento, exigido pela Portaria 008/2016 do TJDF, a qual regula as visitas extraordinárias e ordinárias de visitantes nos presídios e dispõe sobre as visitas acadêmicas nesse mesmo contexto. Tal pedido foi encaminhado à SESIPE, que deu o aval positivo para a realização das entrevistas com as mulheres trans em situação de encarceramento. Seguindo o trâmite legal, o documento foi para o TJDF, onde, na pessoa da Juíza

Titular da Vara de Execuções Penais, foi igualmente aceito o pedido de realização das entrevistas no CDP com as internas. Aqui, faz-se importante salientar que a conversa com a Juíza a VEP fez-se relevante vez que pretendia à época (e ainda pretendo) saber e entender como se dá o diálogo entre o Executivo (SESIPE e seus presídios) e o Judiciário, tudo isso no âmbito do aprisionamento e alocação das travestis que chegam no sistema. A magistrada, logo de início, explicou que

Sob a tutela da SESIPE, que é a Subsecretaria do Sistema Penitenciário, nos temos 6 presídios. 5 no complexo. Alias 4 no complexo vinculados a SESIPE né. Que são o CIR, o CDP, PDF 1 e PDF 2. Fora do complexo a gente tem, no SIA, que é o CPP e tem no Gama o presídio feminino. Dentro do presídio feminino a gente tem a ATP, que é a ala de tratamento psiquiátrico onde fica medida de segurança e lá 23 homens cumprem pena no regime semi aberto e executam o trabalho.. todos os que vão pra lá... são 23 vagas... em torno de 23... eles exercem o trabalho interno na manutenção do presídio. Porque o presídio é uma mini cidade então ela requer existência de encanador, marceneiro.. essas coisas assim.. pra manter.

[...]

Lá no complexo tem também o NCPM que é vinculado à PM. Então são 5 lá no complexo. No NCPM tem mulher. Porque a advogada quando pratica crime ela tem direito a sala de Estado maior. Então como a nossa sala de Estado maior é no NCPM, lá tem homem e mulher.

Com essa visão geral do arranjo sistemático das unidades prisionais, foi explicado também que, após lavrado o flagrante, a pessoa acusada de algum delito é levada da delegacia de polícia até à Divisão de Controle e Custódia de Presos (DCCP). É nesse momento que a pessoa é identificada civilmente. Após isso, existe o “bonde”, que desce com os presos para o CDP e isso acontece toda terça e sexta feira. A travesti que tem o nome de registro socialmente tido como masculino, é, então, identificada já no DCCP como “homem” e vai para o CDP.

A entrevista com a Juíza da VEP prosseguiu e a “cela LGBT” foi mencionada diversas vezes no sentido de que era lá que eu deveria procurar as travestis em situação de encarceramento. Era para lá que as travestis iam se assim solicitassem e/ou se a identificassem como tal. Esse processo de “identificação” das pessoas quem iam para a ala LGBT foi exposto em linhas gerais pela Dr. Leila Cury, porque ela disse que quem saberia me informar com mais detalhes os procedimentos internos do CDP seriam os servidores de lá e, principalmente, o Diretor do CDP, que

era quem estava gerindo essa unidade prisional. Disse, porém, que tem um colega que é delegado fora de Brasília e ele “sempre reforça que no DF é mais organizado que em outros Estados, mas, mesmo aqui, essa questão de como tratar da trans é muito dependente da defesa... ela que tem que requerer”. Essa resposta foi dada após falarmos sobre a postura (ou a falta dela) do Judiciário e do Executivo quando se trata de identidade de gênero e travestis.

Após algumas semanas, dirigi-me ao CDP para realização da entrevista com o diretor desse presídio. Não foi nesse mesmo dia que as entrevistas com as travestis presas foram feitas, pois, antes disso, era essencial reunir uma base de informações objetivas vindas de quem está de “fora” das celas para podermos compreender de forma mais detida como funciona e como é organizado (pelo menos na teoria) o sistema e planejar, com mais exatidão e sensibilidade, as perguntas que seriam elaboradas para as travestis.

Então, chegando ao Centro de Detenção Provisória, identifiquei-me na portaria. O Diretor do CDP enviou um servidor para me receber e me levar até a sua sala e perguntei quantas travestis estavam, atualmente, no CDP e foi respondido que “hoje, se não me engano, são cinco ou seis, porque sexta chegaram mais... No momento que eles chegam nós fazemos a triagem”. Essa pergunta era essencial para perceber se as travestis eram apenas alocadas nas celas separadas e consideradas como LGBT de forma geral ou se de fato eram reconhecidas em sua identidade de gênero específicas e se o presídio estava atento às necessidades peculiares dessas mulheres, tais como hormonização e auxílio psicológico.

Prosseguimos e foi dito que as travestis estavam na ala A, celas 13 e 14. Eram as celas para onde as pessoas LGBT iam. Então, dias depois e com as perguntas devidamente elaboradas, retornei ao CDP. O Diretor do CDP designou uma agente carcerária para as perguntas que seriam feitas às travestis e, de pronto, pedi que eu pudesse perguntar às mulheres trans presas nas celas 13 e 14 se desejariam participar da pesquisa. Isso porque foi possível perceber que as travestis e homens homossexuais estavam na mesma cela, misturados. Conforme relatado no presente trabalho, muitos dos agentes do sistema não distinguem e não percebem as identidades de gêneros diversas na população carcerária, fazendo com que considerem, muitas vezes, travestis como “gays afeminados”. Então, a intenção era que eu fosse até as celas 13 e 14 e indagasse quem se considerava travesti

para, assim, ter uma real noção de quantas eram, de sua disponibilidade em participar da pesquisa e também para os agentes não escolherem um homem gay para ser entrevistado como se fosse uma mulher trans.

Porém, como estava tendo um surto de doenças de pele no complexo da Papuda e diversos internos (e internas) tinham manifestado sinais de estarem contaminados, foi-me dito que seria arriscado chegar tão perto das celas. Pedi, então, que quem fosse levar as travestis até o local das entrevistas, perguntasse nas celas quem se identificava como mulher trans e se gostariam de participar de uma pesquisa acadêmica sobre a situação delas nos presídios masculinos.

Então, um servidor que estava na sala disse que tinha uma travesti “fácil de ser achada” porque recentemente apresentou quadro de depressão em razão de terem raspado seus cabelos quando de sua entrada no CDP. Disse que ela estava lá há pouco tempo e pediu que procurasse por ela para eu começar a minha entrevista. Após alguns minutos esperando, a servidora que me acompanharia durante todas as entrevistas com as travestis disse que a pesquisa seria realizada no “curral”, que é o lugar onde os(as) internos(as) aguardam quando tem visitas dos seus advogados, quando tem que ir para o Tribunal para eventual audiência, etc.

Chegando ao local das entrevistas, parei no que me pareceu o centro da ala A, e a primeira travesti a ser entrevistada estava no “curral”. As outras travestis estavam em outra cela mais distante. Isso porque, conforme exposto, o CDP estava enfrentando um surto de doenças de pele. Levando isso em conta, a primeira entrevistada, após responder as perguntas elaboradas na entrevista, denunciou, rapidamente, que “todo mundo aqui ta praticamente na carne viva. Meus colega (sic) de cela ta tudo na carne viva e não tem tratamento pra isso”. Ao me dirigir às outras duas travestis que iria entrevistar, notei que elas estavam em uma cela a qual era rodeada por uma espécie de tela mais espessa que era capaz de cobrir todo o corpo das mulheres a serem entrevistadas de modo que só era possível ver o rosto delas. Perguntei o porquê da cela diferenciada:

[T3]: é a pururuca que a gente chama.

Pesquisadora: e você já precisou usar o sistema de saúde desse presídio?

[T3]: eu... todo dia eu peço porque meu corpo ta quase praticamente em decomposição por causa das pururuca. Mas eles falam “nunca tem atendimento, nunca tem atendimento”.

A tela que cobria a cela e que tampava a visão do corpo das travestis havia sido colocada por causa das doenças de pele que assolavam o CDP. A doença, segundo a agente carcerária que me acompanhava, já estava sendo tratada e era transmissível por contato. Nada obstante, foi apenas visão do corpo das travestis, da situação em que estavam, que foi tolhida e não qualquer tipo de proximidade ou contato.

Então, a intenção desse capítulo é contextualizar os cenários de modo que sejam destacadas as peculiaridades do sistema, chamando atenção para as individualidades dos casos das pessoas que vivem e das que trabalham com esse mesmo sistema, sem, contudo, se perder em abstrações teóricas, mas sim buscando se aproximar da realidade, objetivando “reunir esforços para associar o caldo cultural em que as relações se dão à agência de cada envolvido/a, é dizer, conectar a análise da teia à do indivíduo e suas subjetividades”. (GONÇALVES COSTA, 2013, p. 32).

Assim, com o intuito de compreender as formas pelas quais as travestis são brutalizadas e desrespeitadas quando entram oficialmente no Sistema Penal, é importante destacar que a cisnormatividade, como ferramenta de “adequação” dos corpos e identidades que divergem, e as tentativas de “normalizar” esses mesmos corpos e limitá-los a algumas poucas definições fazem parte de uma estrutura que tem uma série de ramificações que constroem o sistema opressor no qual estão submersas as travestis, transexuais, transgêneros e todas as outras identidades tidas como “anormais”.

Com isso em mente, é fundamental observar que as relações de poder são fatores basilares na perpetuação de métodos de dominação e controle social com o desenvolvimento de mecanismos de poder, disciplina, controle e vigilância constantes sobre corpos certos e certos corpos. A sujeição dos corpos é buscada por esses mecanismos. Porém, deve-se destacar o fato de que:

Essa sujeição não é obtida só pelos instrumentos da violência ou da ideologia; pode muito bem ser direta, física, usar a força contra a força, agir sobre elementos materiais sem no entanto ser violenta; pode ser calculada, organizada, tecnicamente pensada, pode ser sutil, não fazer uso de armas nem do terror, e no entanto continuar a ser de ordem física. (FOUCAULT, 1999, p. 29).

Mais especificamente sobre a estatização dos mecanismos de disciplina, Foucault (1999, p.239) descreve como o Estado aquele que “assegura uma

distribuição infinitesimal do poder”, na medida em que o Estado, como máquina administrativa, apropria-se do poder e o distribui de forma a se tornar onipresente. Isso descreve justamente a forma como o sistema penal age, controlando os indivíduos.

Ademais, uma vez conhecido o propósito de referidas estruturas de poder, ressalta-se que elas também proporcionam a chance de fazer novas experiências, mudar o comportamento de indivíduos, domesticá-los por meio de técnicas controladas. O aumento do poder e de sua organização se faz objetivando o recrudescimento das próprias forças sociais (FOUCAULT, 1999). Quando travestis, transexuais, transgêneros e tantas outras estão dentro do contexto do sistema penal, encarceradas, o espectro de desrespeitos e normatizações se potencializa, pois esse mesmo sistema é, segundo Simakawa (1999, p. 154) “espaço institucional de violência e colonização de diversidades”. Assim,

Essa realidade é ainda mais perversa no caso das travestis, tendo em vista que seus corpos recebem a marca da abjeção unicamente porque reinterpretem as normas de gênero diferentemente do pressuposto dicotômico e binário de uma sociedade cissexista e heteronormativa, borrando as fronteiras desses pressupostos com identidades fluídas que acompanham a processualidade do real. (FERREIRA, 2014, p. 116).

Num contexto de justiça penal, o novo objeto é o indivíduo disciplinar, envolto em disciplinas infinitas e numa observação constante. Assim, a finalidade e a consequência última dos mecanismos de controle social, que incluem a imposição de uma “moral”, de uma assepsia dos corpos (e dos gêneros) é fabricar, aperfeiçoar e sistematizar as suas ramificações no corpo social. Em relação às travestis e demais identidades trans, o propósito de “normalizar” seus corpos e comportamentos, adequando-os à moral social é bastante evidente. Sobre essa conjuntura,

Quando uma travesti é discriminada em um estabelecimento público, por exemplo, essa discriminação não tem relação somente com uma identidade de gênero que foge dos padrões do sistema binário de sexo/gênero (porque são identidades que borram as fronteiras daquilo que a sociedade considera “masculino” ou “feminino”), como também, muitas vezes, é violência contra sua raça/etnia, além de certamente ter sua raiz na discriminação como relação à estética/cultura da travesti, baseada numa cultura popular formada por aspectos ambíguos constitutivos do projeto de cultura dos dominados e reinterpretativos da cultura dominante. (FERREIRA, 2014, p. 107-108).

Analisando a perspectiva foucaultiana sobre a construção dos indivíduos, Pelúcio (2009, p.228) fala que “o sujeito seria constituído pela emergência dos saberes especializados e produzidos por meio de práticas discursivas, objetivadas em técnicas e prescrições institucionalizadas, permeadas por relações de poder”. Logo e, agora, enfatizando a vivência travesti nesse contexto, infere-se sem dificuldade que:

Se é sabido então que a sexualidade e as performances de gênero são vigiadas e controladas por esses aparelhos estatais, a forma como isso acontece reside na preparação para a vida heterossexual com a docilização do corpo e a domesticação e normalização da sexualidade (afirmando o que se pode e o que não se pode fazer numa ordem social específica) até a repressão e consequente disciplinamento dos sujeitos que fogem daquilo que é socialmente considerado moralmente bom. (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013, p. 49).

Além disso, resgatando a ideia de que, na sociedade, há quem seja sujeito de direito e há quem não seja coisa alguma - sequer humano - no sentido de que a esses sujeitos, excluídos, é apenas reservado o mínimo e, por vezes, nem isso; o direito é artigo de luxo para os marginalizados. Dito isso, o que se percebe que é que “o Legislador por vezes protege as classes próximas ao centro do poder, mantendo assim, a sociedade estratificada e preordenada a prender apenas o sujeito que lhe interessar”. (PINHA, 2016, p. 5).

Assim, porque interessaria prender as travestis? Se a regra que se observa é a proteção de pessoas específicas que de alguma forma se encaixam nos padrões impostos pelos poderes ramificados no corpo social, não é vantajoso conferir direitos às travestis. Isso porque as travestis são, como já defendido aqui, sujeitos inconformes, que resistem aos padrões e ameaçam as estruturas de poder que tenta limitá-las. Esclarece-se, aqui, que prender se refere não somente ao momento no qual as travestis entram no sistema, mas também a todo o seu caminho dentro desse *cistema* – “que constitui uma instância de ilegalidade profundamente cisnormativa” - (SIMAKAWA, 2015, p. 154) e que também suprime as diferenças.

A lógica, então, é excluí-las do convívio com a sociedade, encarcerando-as, vez que “o uso da violência também se justifica enquanto garantia de que se mantenham tanto a segurança quanto uma divisão entre aqueles que não foram capazes de disciplinar” (FERREIRA, 2014, p. 104). Portanto, conclui-se que a “vulnerabilidade à criminalização está relacionada ao enquadramento de

características pessoais aos estereótipos criminais”. (PINHA, 2016, p. 6). Isso porque

A visão fundamentalista tida por grande parte da sociedade está intrínseca ao seu modelo penal-criminal. Desde a Inquisição a estrutura se dá da mesma forma: um determinado grupo - “os inimigos da sociedade” - apresenta-se também como inimigo da ordem, surgindo um discurso de iminente risco para a humanidade, havendo na punitividade uma forma de salvação para essa humanidade, utilizando-se da autoridade para punir. (OLIVEIRA, 2015, p. 63).

Sob esse aspecto, à vinculação das travestis ao “mundo do crime” e às suas experiências e identidades marginalizadas nos mostra diversas formas de cerceamento de direitos e de violências suportadas por elas na medida em que são atingidas pela abjeção social não só pelo fato de serem quem são, mas de pertencerem a outra “classe” de sujeitos excluídos: os inimigos da sociedade; os bandidos (BECKER; LEMES, 2014).

Nesse sentido, pode-se dizer que tais formas sistêmicas e ideológicas de controle e opressão que caminham para impor o que é “normal” e “natural”, acabam por moldar a visão do corpo social, de modo geral, sobre o “que são as travestis e transexuais e como elas devem ser tratadas”. (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013, p. 49). Discorrendo sobre esse pensamento estigmatizante, Ferreira (2014, p. 110) conclui que, no caso das travestis, a sociedade enxerga-as (ou deixa de enxerga-las) de modo que:

Se sofrem violência, elas a merecem porque são travestis; se adoecem, elas buscaram a doença; se passam fome, é porque não são suficientemente trabalhadoras; se sofrem assédio sexual, é a conclusão fatal da prostituição; se são discriminadas no bar, não se comportaram bem; se não conseguem emprego, são vagabundas.

Aqui, então, o foco passa a ser o sistema carcerário e a população que o compõe, haja vista o fato de serem um reflexo potencializado das relações de poder e sujeição que guiam o corpo social como um todo. As prisões são vistas como um lugar de despejo dos criminosos e de todos aqueles que afrontam o que é tido pela maioria como o “certo” e/ou “normal” e, por consequência, o que se pode perceber é uma clara vontade da população de expiar seus pecados por meio do encarceramento em massa dos sujeitos etiquetados.

Nesse mesmo sentido, destaca Baratta (2002, apud FERREIRA, 2014) que o encarceramento, “cumpriria função de conservação e de reprodução social: a

punição de determinados comportamentos e sujeitos contribuiria para manter a escala social vertical e serviria de cobertura ideológica a comportamentos e sujeitos socialmente imunizados”.

Portanto, no exercício lógico de associar a violência institucionalizada com as diferenças sociais potencializadas no contexto do cárcere, não é difícil notar que a seletividade do sistema age em torno das travestis e transexuais pelos seus comportamentos divergentes da moral tradicional e binária. (FERREIRA, 2014). Nesse viés, “preconceitos e estereótipos, juntamente com a aplicação do senso comum, são apontados como elementos de forte influência na aplicação da lei penal” (LIMA e NASCIMENTO, 2014, p.80).

Nas prisões, a população carcerária “comum” é submetida ao sofrimento da exclusão e da violência gratuita: quem não está em harmonia com os preceitos sociais é tratado como escória e encarcerado como forma de suplício por seus pecados funestos. (FERREIRA, 2014). Seguindo essas ideias, nota-se que se antes as penas visavam lesar diretamente o corpo do criminoso, atualmente o martírio da alma é a forma legitimada de justiça social. Assim, o “caráter disciplinador e perverso das prisões, ele é acentuado no caso brasileiro em razão de um contexto de desigualdade social” (FERREIRA, 2014, p.70).

Isso é ainda mais evidente quando se trata de travestis e transexuais, que acabam por ser completamente renegadas e dar visibilidade ao tema é fundamental para a evolução do assunto. Para Ferreira (2014, p.105) “dentro da prisão, após a seleção dos “tipos” considerados por ela como potencialmente penais, resta a violência para o suplício e domesticação do corpo”.

Nesse sentido, Peres (2011, p. 76) diz que “os corpos abjetos são os corpos “outsider”, fora da ordem dada pelas instancias do poder, que não se afinam aos modelos previamente dados, que são desobedientes e transgressores”. Assim, o binarismo que limita as relações de gênero e que reina na mentalidade da maioria da população faz com que o desrespeito às identidades desviantes seja enorme. (CAVALCANTE e DIAS, 2011).

Com isso, a população transexual e travesti acaba por se submeter, afora os preconceitos já suportados fora do cárcere, a mazelas profundas no cenário prisional, lugar de desrespeito aos direitos humanos básicos e que potencializa as

disfunções sociais. (LIMA E NASCIMENTO; 2014). Isso tudo surge com os processos de marginalização os quais são construídos e legitimados por meio de discursos que querem impor as formas binárias às identidades diversas que se mostram de forma cada vez mais claras.

Tendo isso em mente, nota-se um tipo de clamor social por justiça, por punição dos que desviam do padrão, seja moral seja social (ou os dois, no caso das travestis). Isso ocorre, segundo o pensamento punitivista da sociedade, em decorrência da onda de violência que se faz presente nas cidades. E esse discurso, utilizando-se do ideal de paz, faz com que “Estado assuma ações de segurança de ordem repressiva, no intuito de coibir as violências como processos cada vez mais latentes e que impactam na vida todos os sujeitos.” (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013, p. 49).

Na visão de Simakawa (2015, p.157), há situações que levam a conjunturas tais em que “o controle e monitoramento populacional trans e gênero-diverso acontece a partir da construção de ‘grupos de risco ou de nossa invisibilização ampla e generalizada, e por vezes até sob um verniz de preocupação com nosso bem-estar”.

Nessa esteira de pensamentos, Ferreira (2014, p.85) demonstra, de forma clara, que “as sexualidades e gêneros considerados desviantes, nesse sentido, também se configuram como determinantes que certamente provocariam a seleção do sistema penal para as suas capturas”. Corroborando esse entendimento, para Lima e Nascimento (2014), a prisão é assentada em conceitos binários, separando os sujeitos em homem e mulher de acordo com seus genitais.

Outrossim, “o discurso político-criminal seletivo, que coloca os sujeitos hipossuficientes da sociedade na posição de inimigo comum, frequentemente acaba por reproduzir condutas que violam os direitos dos sujeitos que carecem de proteção” (GUIMARÃES, 2014, p.69). Isso vai de encontro aos valores de justiça esculpidos na Constituição Federal de 1988 e dá abertura para uma série de confusões terminológicas e práticas sobre o assunto.

Nesse mesmo contexto, Andrade (2012, p. 114-115) sustenta que:

a travesti sendo identificada como anormal, um monstro, passa a ser indesejada, uma ameaça à ordem, à moral e aos bons costumes, sendo vítima de violência de diversas formas, física, verbal e/ou

psicológica. Tal violência é justificada como uma forma correta e justa de tentar corrigir esta anormalidade, pois para seu bem é melhor assumir sua identidade sexual genética (natural). A pressão é tão grande que muitas acabam, forçadamente, entrando neste jogo, outras se matam e algumas resistem na luta.

Além disso, por serem as travestis e transexuais excluídas já fora das prisões, com a limitação de escolha de suas profissões, de suas personalidades e de identidades, “o cárcere torna-se não uma probabilidade adversa e incomum, mas uma consequência quase que inevitável, concebida popularmente como “merecida”, diante de sujeitos moralmente “desajustados” (LIMA e NASCIMENTO, 2014, p.78). Por conseguinte, na visão de (FERREIRA, 2014, p. 111).

Uma análise da questão prisional precisa ser realizada em termos interseccionais, porque, embora alguns estudos da criminologia crítica chamem a atenção para o fato de que a pobreza é preferencialmente capturada pelo sistema prisional – sobretudo os sobrantes e os que não se inserem no processo produtivo –, não se trata aqui de qualquer pobre, mas daqueles já estigmatizados em razão de suas *diferenças* e não daquilo que lhes é comum. Assim, quando se fala, por exemplo, que as travestis na prisão são especialmente controladas e têm suas manifestações corporais docilizadas porque não lhes é permitido transformar e expressar o corpo da maneira como gostariam, não significa que esse controle seja o mesmo que se dá sobre todos os corpos presos, ou que seja o duplo controle que elas já sofrem fora da prisão, no social; na verdade, a captura das travestis pela prisão lhes confere padrões distintos de controle sobre os corpos, até então não experimentados.

Além disso, as travestis e transexuais são vistas, ainda mais do que os outros criminosos, como “inimigas da sociedade”, seja por estarem muitas vezes num ambiente de crimes seja pela pretensa moralidade binária da população que reforça estereótipos. Isso tudo reflete de forma negativa nas instituições carcerárias, pela falta de tato e pela desatenção quanto às interpretações de suas identidades por parte dos agentes em relação às trans.

Simakawa (2015, p.156) fazendo uma análise autoetnográfica sobre o trato dos gêneros inconformes pelo sistema penal, diz que:

[...] também se faz necessário notar que quando somos assassinadas e violentadas, encontramos tanto o ódio e desprezo quanto o desinteresse e a meia condescendência institucionais em relação a nossas existências: entre a explícita ‘limpeza’ policial das presenças travestis das ruas e os assassinatos indevidamente investigados, há ainda a negação de identidades e a exposição de privacidades.

Fazendo seus estudos dentro dessa mesma direção de exclusão e rejeição, Pelúcio (2009, p. 240) defende que “associadas ao risco e ao perigo, no sentido de serem “ameaçadoras” para a sociedade, o fato é que as travestis vivem em risco e perigo justamente pelo rechaço que sofrem por parte daqueles e daquelas que as vêem como ameaçadoras”.

Percebe-se que as experiências sociais das travestis encarceradas refletem a realidade de que as violências a que são submetidas não ocorrem somente por serem, em sua maioria, pobres, periféricas e, por vezes, negras. Com efeito, no caso das travestis, o encarceramento e sua vivência dentro das prisões acabam por ratificar e intensificar a experiência “da violência sofrida no cotidiano, pois serve de dispositivo de legitimação, para o senso comum, do *status quo* que lhes faculta o lugar da pervertida, da marginal, da obscena, da ladra”. (FERREIRA, 2014, p. 114). Uma das travestis entrevistadas respondeu que a convivência com os demais presidiários

[T2]: é um pouco constrangedor na parte que a gente tem que sair pelada né. Por causa das prótese de silicone, por causa da bunda. Ai fica um pouco constrangedor tanto pra gente quanto também eu acho que pros outros preso né. Fica olhando e falando coisa.

A prisão também (re)produz códigos que excluem e discriminam. (FERREIRA, 2014). Nesse sentido:

A opressão não é contra uma parte da pessoa que é subalternizada; ao contrário, a opressão é contra o sujeito inteiro, como um todo. Com as travestis presas, isso acontece também em razão da interação dessas categorias na medida em que o pensamento do senso comum reiteradamente credita às travestis o lugar da “ladra”, da “marginal”, da “violenta”, do que é considerado periférico. É por isso que, na prisão, os outros presos direcionam a transfobia às travestis também em razão daquilo que eles consideram ser uma travesti, ou seja, não é puramente por suas identidades de gênero não se conformarem à ordem binária, mas ainda por serem consideradas, por eles, esteticamente inadequadas, promíscuas, “sem caráter”, de má índole, naturalmente criminosas etc. (FERREIRA, 2014, p. 109-110).

O que se quer demonstrar é que os mecanismos de poder exercidos pelo corpo social e pelo Estado recaem sobre todos aqueles que são peças do sistema: no cárcere, os que ali estão são controlados e vigiados. Porém, é especialmente cruel a forma como as travestis, transgêneros e transexuais são tratadas enquanto pessoas encarceradas, pois o estigma que as exclui é bastante próximo daquele que

as encarcera e as mantém reféns dos desrespeitos às suas identidades de gênero divergentes e pouco compreendidas e, muito embora as travestis venham conquistando, a duras penas, seus espaços como seres que existem e fazem parte do social, “elas ainda sofrem com os estereótipos do passado, pois ainda são vistas como sinônimo de marginal e atentado ao pudor, uma espécie de afronta à moral e aos bons costumes”. (ANDRADE, 2012, p. 15).

3. DIREITOS PARA IDENTIDADES OPRIMIDAS: direitos das travestis são Direitos Humanos

Quando se volta a atenção aos grupos marginalizados pelos padrões sociais e/ou pela própria estrutura do sistema que é composto pela moral normalizadora, pela opressão social e pelas tentativas pungentes de normatizar os que diferem do protótipo de cidadão almejado pela maioria, o que se acentua é a reprodução quase que impensada e muitas vezes mecanizada de desrespeitos aos direitos humanos (DH) e garantias constitucionais dos sujeitos que destoam da regra e são, portanto, excluídos.

Entre tais sujeitos encontram-se as travestis, grupo notoriamente preterido pela sociedade e pelas ações estatais de proteção aos direitos humanos. Esse fato nos leva a necessidade de analisar o real alcance de tais direitos no sentido de relacioná-los às vidas oprimidas e compreender como e porque elas estão incluídas no espectro de proteção dos direitos humanos. (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013).

Para caminharmos no sentido de entender um pouco os questionamentos sobre os direitos dos grupos excluídos, cabe fazer uma breve análise histórica dos marcos dos direitos humanos. Assim, a nível global, pode-se citar a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Tal documento foi proposto e promulgado pelas Nações Unidas no mês de dezembro de 1948, na conjuntura das mazelas produzidas pela Segunda Guerra Mundial e visava produzir uma ideia abrangente de direitos humanos “ao considerar todas as pessoas titulares de direitos, independentemente de sua condição social, sexo, credo político ou religioso, raça/etnia”. (BACCI, 2016, p. 15).

A DUDH, além de positivar uma série de direitos e chamar atenção para o desrespeito massivo das garantias básicas do ser humano, também atribuiu vários compromissos aos Estados-Membros, os quais deveriam se comprometer a promover determinações e providências, essas permeadas por ações sociais, culturais e jurídicas, tanto a nível internacional quanto nacional que pudessem, com o máximo de efetividade, proteger e defender os direitos humanos (BACCI, 2016). Castilho (2013, p. 35) esclarece que:

No preâmbulo da Declaração é possível identificar seu substrato filosófico, o princípio da dignidade da pessoa humana, do qual derivam os fundamentos de liberdade, justiça e paz. Baseia-se,

portanto, no reconhecimento de direitos iguais e inalienáveis, a partir dos quais se mostra possível o exercício da dignidade e da liberdade.

Assim, com a finalidade de respaldar os conceitos de liberdade, justiça e paz, sendo que se pode dizer que esses embasam a maiorias das ideias do dito documento, a DUDH põe em foco a indispensabilidade de se reconhecer o fato de que todos os seres humanos merecem o respeito à dignidade; o dever de se tutelar os direitos humanos pela lei e pelas normas a serem dispostas pelos Estados; bem como a igualdade entre todos os seres humanos, tratando também sobre a igualdade de gênero entre homens e mulheres (ZENAIDE, 2008).

Isso tudo desemboca no respeito aos direitos dos que são seres humanos e que devem ser, portanto, sujeitos de direitos em todos os contextos, contando com a proteção de sua dignidade, segurança e integridade física e psicológica. Nesse sentido, “por outro lado, a DUDH chama a atenção para os deveres universais de todo ser humano para com a coletividade, a responsabilização com a comunidade, a qual vive, trabalha, constitui identidades e modos de ser e de vida”. (ZENAIDE, 2008, p. 4).

Com esse mesmo viés protecionista, a Declaração dos Direitos Humanos de Viena afirma, em seu art. 5º, que “Todos os direitos humanos são universais, indivisíveis, interdependentes e inter-relacionados [...]”. (BACCI, 2016, p. 16). Esse documento aliado com os demais tratados e convenções globais sobre direitos humanos permite destacar o caráter universal, indivisível, interdependente e inviolável de tais direitos. São universais pois qualquer pessoa humana atende ao requisito para ser titular de direitos e isso não depende de orientação sexual, cor, identidade de gênero, nacionalidade ou religião e nesse sentido, “quando falamos em direitos humanos, devemos associar ao ser humano, ou seja, qualquer sujeito independente da natureza tem assegurado na legislação seus direitos e deveres”. (ASSIS; ORSOLIN, 2014, p. 8).

São também indivisíveis e interdependentes na medida em que “entre eles não há hierarquias, o cumprimento de um direito implica o cumprimento de outros e a violação de um direito pode gerar a violação de outros”. (VAZQUEZ; DELAPLACE, 2011, p.46). São invioláveis, pois não podem ser descumpridos por ninguém, por nenhuma autoridade e por nenhum sistema.

Cabe também mostrar que os direitos humanos necessitam atender a algumas lógicas, dentre elas a da vedação do retrocesso que significa que os direitos não podem ser reduzidos ou suprimidos uma vez garantidos aos sujeitos e a da efetividade que pressupõe a criação de mecanismos aptos a fazer valer os direitos positivados. Sobre a efetivação dos direitos, então, se “uma das maiores dificuldades em relação ao tema não é fundamentá-los e sim protegê-los, percebe-se que no decorrer de toda a evolução histórica dos direitos humanos, o grande empecilho é tornar efetivo um direito legalmente reconhecido”. (ASSIS; ORSOLIN, 2014, p. 2).

Ainda tratando sobre a realização dos direitos humanos, Bacci (2016, p. 16) defende que:

O debate sobre os fundamentos dos direitos humanos encontra-se intimamente relacionado com a própria eficácia dos mecanismos garantidores do sistema de proteção desses direitos, que nos leva a considerar uma diversidade de fatores, contextos e culturas que influenciam diretamente na construção dos direitos, no exercício da cidadania e, principalmente, sua eficácia nas mais diversas esferas.

Debruçando-se sobre os instrumentos que tratam sobre a proteção aos direitos humanos e sugerem parâmetros e objetivos a serem alcançados e cumpridos pelos Estados-Membros bem como por todos os seres humanos que compõem as sociedades (em suas diversas configurações), os princípios da igualdade e da não discriminação destacam-se, pois evidenciam o tratamento igualitário e consciente no gozo dos direitos humanos e impõem aos Estados-Membros o comprometimento com a realização dos direitos sem nenhuma espécie de discriminação ou diferença que possam oprimir grupos e/ou suprimir direitos. Portanto, é dito que:

A igualdade perante a lei pode ser interpretada restritivamente, no sentido de que o juiz deve ser imparcial na aplicação da lei, bem como extensivamente, ao significar que todos os cidadãos devem ser submetidos às mesmas leis, restringindo-se quaisquer formas de discriminação. Em relação à igualdade nos direitos, representa o igual gozo dos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos” (CASTILHO, 2013, p. 27).

Garantir os direitos humanos por intermédio de leis positivadas, porém, não é suficiente, pois “a lei sozinha não é suficiente para fazer as grandes revoluções dos direitos humanos” (ROCHA, 2003, p. 74). É fato que as leis são instrumentos para a

luta, mas há que se considerar os objetos que de fato devem ser amparados por essas leis e um deles é, sem dúvida, a dignidade humana.

Contudo, o que se entende por dignidade humana da margem a inúmeras discussões e divergências, vez que “há grandes conflitos sobre o que deve ser protegido, promovido e reparado diante da dignidade de cada pessoa”. (TORRES, 2010, p.2). Nesse viés, Bragato (2009, p. 40) coloca que:

Os direitos humanos passaram por um longo processo de gestação e teoricamente se consolidaram quando se reconheceu a definitiva identificação entre as ideias de ser humano e pessoa humana, determinando, com isso, a afirmação de que todos os seres humanos são iguais em dignidade e direitos.

Adotando, porém, uma visão mais geral, a dignidade humana é tida como algo que, independente de qualquer aspecto, deve ser ínsita ao ser humano e faz-se presente no dia a dia por meio da possibilidade de obtenção e exercício de direitos sociais, políticos e civis, tais como o direito à saúde, à vida digna, à segurança, etc. “Nesse contexto, a preservação da integridade física, psicológica, patrimonial e cultural, é entendida como garantia de dignidade humana”. (ASSIS; ORSOLIN, 2014, p. 2).

Contudo, “a expressão dignidade humana não é autoexplicativa, como sugere grande parte da doutrina, pois não há uma definição precisa a respeito do “humano”” (BRAGATO, 2009, p. 40). Isso porque seu entendimento percorre caminhos tortuosos no sentido de que, na sociedade há homens que o são menos que outros (os marginalizados são, afinal, vistos como seres humanos?); também no sentido que os significados do que é ser “homem” se inscreve nas discussões de gênero e nos discursos de poder que oprimem e tornam o homem como somente aquele que é condizente com as normas impostas aos corpos.

Nesse contexto, é importante sempre ter em mente que, em se tratando de conferir direitos aos marginalizados, deve-se ter cuidado para não se ocultar as reais necessidades desse grupo ao reproduzir discursos hegemônicos que funcionem como objetos para esconder os aspectos fundamentais da política e do próprio sistema jurídico, aqui levando-se em conta a ideia do uso do direito como discurso de poder, e, assim sendo, potencial instrumento de reprodução de desigualdades e padronização. Outrossim, o direito como garantidor de liberdades também pode – e

deve - produzir a igualdade material, a qual será trabalhada mais a frente. (CASTILHO, 2013).

Aqui, fala-se em uso do direito como um discurso de poder por algumas razões: o direito não se faz simplesmente por uma série de normas e leis que, uma vez postas no ordenamento jurídico, produzem efeitos, indiscriminadamente. O direito é feito por um grupo, para alguns grupos. Esses sujeitos que fazem o direito muitas vezes não são os marginalizados e as pessoas que são levadas em consideração nos discursos do direito dificilmente são periféricos, trans*, etc. O direito feito por quem já é presumidamente “sujeito de direito” por vezes falha quando o assunto é tratar dos marginalizados.

Assim, e ainda discorrendo sobre direitos para e dos que estão à margem e se de fato existem direitos humanos assegurados a esses grupos, a concepção eurocêntrica dos direitos humanos mostra diversos aspectos que merecem uma análise mais detida. “Primeiramente, o que se define como “indivíduo” e “humano” relaciona-se dialeticamente com aqueles que não podem atingir esse patamar, ou seja, estão desprovidos do que se definiu como humanidade”. (CASTILHO, 2013. P. 33).

Portanto, cabe se questionar se de fato existiriam seres humanos para além do discurso linear reproduzido pela concepção branco europeia, colonial e hegemônica, no sentido de que o que constituiria, então, um sujeito de direitos? Seria ele apenas o que está explicitamente retratado na DUDH, ou aquele que a Revolução Francesa identifica como ser humano? Apesar de tais instrumentos e momentos históricos serem parâmetros para se garantir os direitos humanos em linhas gerais, deve-se ter a cautela de não oprimir outras identidades e movimentos ao desconsiderá-las enquanto sujeitos, culturas ou grupos que se formam. (CASTILHO, 2013).

Essa ideia sobre a dignidade humana, então, não pode ser esvaziada ou considerada como uma simples expressão sem significado prático. Ela deve ser de fato posta em questão e defendida como meta básica e primordial no que tange aos direitos humanos, pois além de ser uma das principais fontes dos direitos, ela estrutura e edifica os direitos humanos no sentido de clarear os objetivos a serem por eles almejados. (BACCI, 2016). Por assim dizer, para Bragato (2009, p.45), “a dignidade advém do fato de pertencer à espécie humana e, portanto, não pode ser

suprimida, nem aniquilada, admitindo-se, por outro lado, que seja aviltada ou promovida”.

Com isso, identificar o núcleo e o fim primordial de um ou mais direitos “supõe o estabelecimento de elementos mínimos que o Estado deve fornecer a qualquer pessoa de forma imediata e sem contra argumentações fáticas de impossibilidades provenientes da escassez de recursos ou de elementos semelhantes”. (VAZQUEZ; DELAPLACE, 2011, p. 43).

Partindo para a investigação sobre direitos humanos e seus desdobramentos a nível nacional, no Brasil é possível situar na década de 1960, com a “capacidade de resistência do povo frente ao arbítrio, às prisões arbitrárias e à tortura como prática institucional”. (ZENAIDE, 2008, p. 2), as manifestações mais contundentes desses direitos. Sobre isso Torres (2010, p.3) pontua que “a configuração social dos DH repercute e se especifica no Brasil de diferentes maneiras, mas podemos reconhecer a luta contra a ditadura militar foi um momento de articulação dos movimentos e ações em DH”.

Para Rocha (2003), o princípio mais forte que está instituído na Constituição brasileira é o da dignidade humana e isso se relaciona intimamente com a noção de igualdade “porque todo mundo que é discriminado e injustiçado torna-se sujeito de um tratamento indigno; portanto, a dignidade é muito ligada à questão do tratamento igual que lhe é destinado.” (ROCHA, 2003, p.74).

Contudo, e aí reside uma significativa dificuldade de interpretação, a igualdade não é necessariamente tratar todos(as) de modo uniforme, pois se houver uma pessoa ou grupo de pessoa que sejam consideravelmente diferentes da maioria e que, por isso, sejam de alguma forma marginalizados, precisam de um tratamento diferente a fim de terem oportunidades condizentes com sua condição humana e de serem respeitados levando-se em conta suas diferenças e especificidades. “Esse é o princípio da igualdade que sempre esteve contido na Constituição brasileira, desde a primeira”. (ROCHA, 2003, p. 77). É a ideia de tratar desigualmente os desiguais para que se possa alcançar, de forma real, igualdade de direitos e garantias para todos os sujeitos.

Com essa visão de igualdade, tomando por base os grupos diferentes e, por vezes, excluídos, as travestis ocupam um lugar de destaque no que se refere à

necessidade de entendimento da identidade dessas pessoas, pois “a noção de diversidade nos permite reconhecer a discussão dos debates democráticos, nos quais a luta pela diferença e pela igualdade é necessária.” (TORRES, 2010, p.4). Faz-se presente, assim, o seguinte questionamento: “como pode ser realizada a tarefa de recolocar os corpos e suas multiplicidades no Direito?” (MAGALHÃES GOMES, 2017, p. 114).

Observando o espaço que as travestis ocupam, o qual é ditado e delimitado pela exclusão social e pela violência impetradas a elas, muitas vezes suas identidades são exotizadas e marginalizadas, fazendo com que a sociedade e as estruturas dominantes reproduzam indiscriminadamente significações sobre como devem ser identificadas, tratadas e classificadas as travestis. Isso formula um estado de intolerância e opressão, em decorrência da falta de compreensão, sobre as identidades trans e sobre os direitos desse grupo. (AGUINSKY; FERREIRA; RODRIGUES, 2013).

Bourdieu (2012, p.143) acredita que a opressão que torna sujeitos “invisíveis” espelha “uma recusa à existência legítima, pública isto é, conhecida e reconhecida, sobretudo pelo Direito, e por uma estigmatização que só aparece de forma realmente declarada quando o movimento reivindica a visibilidade”. E pelo fato de que os padrões vigentes tendem a desconsiderar identidades e modos de vida destoantes, as travestis não são consideradas seres humanos, mas sim seres indignos de proteção e de direitos, sendo que suas especificidades são objeto de abjeção social (JESUS, 2007).

Tratando da influência do pensamento branco, de direita, “tradicional” e ortodoxo, Bourdieu defende que o domínio exercido “provém do fato de que ela transforma particularidades nascidas da discriminação histórica em disposições incorporadas, revestidas de todos os signos do natural”. (BOURDIEU, 2012, p. 147). Por consequência desse processo de exclusão, pela desumanização das travestis e de todo o universo trans por parte das estruturas sociais cisnormativas, Peres (2007, 2011, p.75) assinala que:

O corpo é o resultado dos acontecimentos e como tal é atravessado por valores, sentidos e discursos que se materializam e determinam o seu modo de relação e funcionamento, de acordo com as leis, contratos e instituições que regem o contexto pela qual o mesmo é produzido.

Aqui cabe salientar as violências simbólicas e, muitas vezes, subliminares a que estão submetidas as minorias, as travestis, as marginalizadas, vez que a mensagem que a padronização social e os sistemas sócio-políticos passam, de forma geral, é que só são sujeitos de direitos e, portanto, dignos de serem protegidos e vistos como pessoas aqueles sujeitos merecedores de representação e reconhecimento. Os que não se encaixam nesse molde, vivem vidas precárias na medida em que desprotegidos das e pelas violências perpetradas pelo corpo social (BOURDIEU, 2012).

Logo, as mudanças corporais e as reproduções de signos e expressões femininas por parte das travestis tocam as “ações de desrespeito das pessoas que agem com discriminação, estigmatização, violências e exclusão, impedindo às mesmas o direito fundamental à singularidade, ou seja, impedem a essas pessoas o direito de ser e de viver” (PERES, 2010, p. 97).

Num contexto de gestão e distribuição de recursos estatais para as pessoas, vistas ou não como tais, por parte do Estado e do grau de precariedade em que estão os sujeitos enquanto pertencentes a um sistema estatal é interessante destacar que “quanto maior a precariedade, maior torna-se a possibilidade de desumanização e de abjeção por parte dos sujeitos assujeitados” (BECKER; LEMES, 2014, p. 187). Nesse viés, a precariedade e as formas pelas quais se distribui e toma conta das vivências dos sujeitos segundo Butler (2010), é importante de ser analisada, pois aqueles cujas vidas são tidas como indignas e inapropriadas sob determinada ótica são condicionados a suportar uma carga de desrespeitos, de indiferenças e violências estruturais.

Sobre a violência simbólica e suas estruturas de dominação, enfatiza-se a necessidade de mudanças estruturais mais profundas e da conscientização do sistema como um todo, abrangendo dominantes e dominados, de que esse papel de poder não obedece aos ditames da igualdade e da dignidade da pessoa humana (BOURDIEU, 2012), pois tal violência não pode ser superada “apenas com as armas da consciência e da vontade” (BOURDIEU, 2012, p. 51) justamente porque o que dela reverbera está permanentemente sendo incutido “no mais íntimo dos corpos sob a forma de predisposições (aptidões, inclinações)”. (BOURDIEU, 2012, p. 51).

Nesse emaranhado de entendimentos sobre o que são, como são e para quem são os direitos e na discussão sobre a distribuição deles a parcelas determinadas da sociedade, é possível notar que:

Os DH assumiram uma dupla possibilidade discursiva: continuam sendo apresentados como um discurso de protesto com relação aos governos, mas, além disso, devido ao triunvirato triunfante, os governos dificilmente se opõem de forma público-discursiva a eles. Pelo contrário, em muitas oportunidades apresentam suas plataformas em termos de direitos, e por esse motivo a nova pergunta é: como eles podem ser tornados efetivos a partir do próprio governo?”(VAZQUEZ; DELAPLACE, 2011, p. 38).

Acrescente-se, ainda, que o empoderamento, a autodeterminação dos grupos excluídos e a liberdade de ser das travestis e das demais identidades oprimidas estão intimamente conectados à ideia do direito a igualdade, da não discriminação, considerando às políticas voltadas aos conceitos de gênero e identidades divergentes. Isso tudo tem um papel essencial no mapeamento de grupos que necessitam de proteção, dos elementos que ocasionam e pretensamente “essa condição (opressão estrutural) e a modificação dessas estruturas (não só mediante ações afirmativas, mas também através de ações transformativas) deixando claro que os DH são interdependentes, inter-relacionados e, por isso mesmo, indivisíveis”. (VAZQUEZ; DELAPLACE, 2011, p. 41).

Tendo tudo isso em vista, o processo de distribuição dos direitos humanos da a entender que eles “não são um dado construído, mas uma invenção humana em constante processo de construção e reconstrução. Ainda que exista essa historicidade, os direitos humanos têm vocação emancipatória” (PIOVESAN, 2003, p.169). Com isso, é evidente que a luta contra o preconceito deve ser feita pelo coletivo, consciente e politizado no sentido de garantir e proteger os direitos das travestis, pessoas marginalizadas pela incompreensão de suas identidades e pelo descaso sistêmico com suas condições humanas (ROCHA, 2003).

Assim, “se aceita que o criador do poder político é o sujeito: o sujeito é o princípio e o fim do sistema político” (VAZQUEZ; DELAPLACE, 2011, p. 41). Esse sujeito, atendendo a universalidade dos direitos humanos, não deve ser aquele moldado pela moral e pelos padrões opressores, mas deve abranger toda e qualquer pessoa e, principalmente aquelas que apresentam diferenças capazes de

alijá-las do corpo social, atentando-se a igualdade material positivada na nossa Carta Maior e elencada pelos vários tratados internacionais sobre direitos humanos.

Ainda que os sujeitos busquem modificar seus corpos, por meio de hormônios e/ou com intervenções cirúrgicas e, assim, estarem mais próximos do que é considerado pela sociedade como “mulher” e ainda que se comportem de modo condizente com o que veem como feminino, a travesti dificilmente se encaixará nas normas sociais e conquistará seu espaço sem esforço, pois, em verdade, “quando olham para a travesti, observando da cabeça aos pés, não estão apenas admirando ou repudiando seu lado feminino, estão procurando a anatomia sexual do nascimento”. (ANDRADE, 2012, p. 110).

É notável, portanto, a identidade fora do padrão e do modelo e, exatamente por isso, não são aceitas as travestis enquanto pessoas e acabam por serem marginalizadas, experienciando uma estigmatização sem igual no contexto social cisnormativo. O empoderamento e a visibilidade das travestis se tornam, então, essenciais para que esse processo de desumanização, vindo da exclusão e da abjeção por parte da moral vigente, seja desconstruído de maneira que possam exercer a igualdade de forma concreta e ter, afinal, plena consciência de que são detentoras de direitos e devem se fazer incluir e lutar pela inclusão até que ela seja efetiva. Assim, “se o desprezo de uns sobre outros é socialmente aprendido, o respeito e o reconhecimento também podem ser aprendidos socialmente”. (ZENAIDE, 2008, p.2).

4. NORMAS E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO TEMA

Em se tratando dos instrumentos principiológicos e normativos que se destinam a assegurar os direitos da pessoa humana bem como das leis e tratados que pretendem tutelar as necessidades e garantias daqueles que se veem obrigados a suportar a exclusão do corpo social e o constante processo de estigmatização, é fundamental destacar o arcabouço normativo que fundamenta os espectros de proteção aos direitos humanos dos indivíduos e, em especial da pessoa privada de liberdade. Nesse viés, os diplomas normativos que estabelecem regras e princípios para proteger e conferir direitos à população LGBT merecem uma análise mais detida.

Nesse viés e antes mesmo de tratar especificamente sobre referidos instrumentos protetivos, pode-se dizer que o sistema jurídico de proteção aos direitos humanos e aos direitos e princípios fundamentais vigentes nos dias atuais é formado pela conjunção de diversos tratados internacionais bem como, obviamente, por normas nacionais, sendo que esse conjunto demonstra a importância da “consciência ética contemporânea compartilhada pelos Estados, na medida em que invocam o consenso internacional acerca de temas centrais dos direitos humanos, fixando parâmetros protetivos mínimos” (PIOVESAN, 2005, p.45).

Isso quer dizer que esse complexo de instrumentos protetivos é feito e analisado de modo integrado, vez que objetivam assegurar os direitos humanos e, ao positivarem a primazia da pessoa humana bem como a proteção à sua dignidade, complementam-se e acabam por acrescentar seus valores ao sistema de proteção nacional, o qual se encontra positivado na Carta Magna por meio dos direitos fundamentais. Assim,

Não é possível, nem seria desejável ignorar a importância das fontes externas para o Direito contemporâneo. O “Direito de fora” nunca esteve tão “dentro”, sendo que as experiências jurídicas externas – que vão da doutrina à jurisprudência e à prática do Direito em geral – devem ser e têm sido utilizadas pelos juízes e demais profissionais das diversas áreas jurídicas (ROTHENBURG, 2014, p.39).

Tal movimento de agregar sistemas protetivos de direitos humanos faz-se com a finalidade de permitir que se obtenha a maior efetividade possível quando da proteção e do incentivo aos direitos fundamentais a nível nacional e que seja possível aumentar o campo de suporte e amparo à pessoa humana. (PIOVESAN, 2005). Assim, para Piovesan (2005, p. 21),

Nesse cenário, fortalece-se a ideia de que a proteção dos direitos humanos não deve se reduzir ao domínio reservado ao Estado, isto é, não deve se restringir à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva, porque revela tema de legítimo interesse internacional.

Desse modo, tem-se que os instrumentos internacionais se destinam a proteger os direitos básicos dos indivíduos e tutelar as necessidades daqueles que são estruturalmente excluídos pela sociedade podem integrar e ampliar o campo de direitos fundamentais previstos na CF/88. (PIOVESAN, 2005). Isso se dá não somente em relação aos tratados e convenções de que o Brasil seja signatário expresso, mas também leva em consideração as diretrizes mundiais no que se referem aos direitos humanos e à globalização dos valores e princípios fundamentais que embasam o pensamento atual sobre o tema.

4.1. INSTRUMENTOS PROTETIVOS INTERNACIONAIS

Como exemplo do posicionamento aqui exposto, tem-se as chamadas Regras de Mandela, que são, basicamente, a atualização das antigas “Regras Mínimas para o Tratamento de Presos”. Tais regras servem para orientar a Justiça e o sistema penal dos países, tomando por base os direitos básicos dos indivíduos, conforme dito na própria apresentação do documento que condensa as Regras de Mandela. Referida atualização teve lugar em 22 de maio de 2015, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) tornaram pública e oficial a incorporação das “novas doutrinas de direitos humanos para tomá-las como parâmetros na reestruturação do atual modelo de sistema penal e percepção do papel do encarceramento para a sociedade”. (CNJ 2016, p. 9).

As Regras de Mandela, em sua revisão, buscaram atender os fundamentos protegidos por diversos tratados internacionais que atualmente tem espaço e estão vigentes no Brasil, “como o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e seu Protocolo Facultativo”. (CNJ, 2016, p. 9).

Nesse contexto, a regra 7 (CNJ, 2016, p. 20) de referido instrumento protetivo estabelece que “nenhuma pessoa será admitida em um estabelecimento prisional sem uma ordem de detenção válida”. Segue dizendo que, quando da entrada do preso no encarceramento, algumas informações serão adicionadas ao sistema,

como, por exemplo, “informações precisas que permitam determinar sua identidade única, respeitando a sua autoatribuição de gênero”.

Já a regra 11 (CNJ, 2016, p. 21) diz que “as diferentes categorias de presos devem ser mantidas em estabelecimentos prisionais separados ou em diferentes setores de um mesmo estabelecimento prisional, levando em consideração seu sexo, idade, antecedentes criminais, razões da detenção e necessidades de tratamento”. Por isso mesmo que homens e mulheres (sendo que, pelo próprio viés principiológico das Regras de Mandela, o gênero e a autodeterminação devem ser levados em conta nessa análise) “devem, sempre que possível, permanecer detidos em unidades separadas. Nos estabelecimentos que recebam homens e mulheres, todos os recintos destinados às mulheres devem ser totalmente separados”.

Sobre as revistas íntimas nos presídios e a forma por meio da qual elas devem ser realizadas, a depender do gênero da pessoa encarcerada, a regra 52 esclarece que elas “devem ser empreendidas apenas quando forem absolutamente necessárias. As administrações prisionais devem ser encorajadas a desenvolver e utilizar outras alternativas apropriadas ao invés de revistas íntimas invasivas. As revistas íntimas invasivas serão conduzidas de forma privada e por pessoal treinado do mesmo gênero do indivíduo inspecionado” (CNJ, 2016, p.29). Nota-se, novamente, a importância que esse tratado internacional dá ao gênero dos indivíduos, evidenciando, assim, a dignidade da pessoa humana.

A regra 81 (CNJ, 2016, p. 39) estabelece, por sua vez, que “em uma unidade prisional para homens e mulheres, a parte da unidade destinada a mulheres deve estar sob a supervisão de uma oficial feminina responsável que tenha a custódia das chaves de toda aquela parte da unidade”. Ademais, reforçando a ideia de separação entre as pessoas do gênero masculino e aquelas que se identificam com o gênero feminino, essa mesma regra afirma que “nenhum funcionário do sexo masculino deve entrar na parte feminina da unidade prisional a menos que esteja acompanhado de uma agente”.

Outrossim, existem outros tratados internacionais que versam sobre o tema em análise, qual seja os direitos humanos dos indivíduos e, mais especificamente, sobre as garantias das minorias e dos estigmatizados socialmente. No presente trabalho, o foco recai sobre as travestis e transexuais em situação de encarceramento. Exatamente por isso, aliás, que estão sendo e serão destacadas

as regras e princípios que abordem os direitos da população trans*, com suas necessidades específicas.

Então, nesse íterim, destacam-se os Princípios de Yogyakarta, que esboçam uma série de normas a nível global, as quais buscam assegurar os direitos humanos eventualmente violados pela orientação de sexual e/ou identidade de gênero. Tais princípios foram positivados oficialmente em novembro de 2006, na Indonésia. (CAVALCANTE; DIAS, 2011) e, ao lado de cada um deles, há recomendações importantes dirigidas aos Estados, que deverão segui-las. Ademais, entre esses princípios, encontra-se o que trata especificamente da dignidade da pessoa presa.

Nesse contexto, o princípio 9 diz que toda pessoa privada de liberdade deve ter sua dignidade e humanidade respeitada e, para tanto, deve ser levados em conta conceitos essenciais como: orientação sexual e identidade de gênero. A seguir, são expostas 7 (sete) orientações sobre as obrigações e os objetivos dos Estados no sentido de buscarem alcançar referido princípio, que versa sobre o tratamento humano durante o período de detenção.

Entre tais recomendações, a primeira delas visa evitar que a situação de encarceramento dos indivíduos estimule mais marginalização e exclusão social que sejam motivadas de alguma forma pela identidade de gênero e/ou orientação sexual; a seguir, a próxima orientação volta a atenção para um possível atendimento médico hospitalar em relação às pessoas que eventualmente precisem em decorrência que qualquer necessidade especial que possam apresentar, sendo que a orientação sexual e a identidade de gênero são fatores preponderantes para se avaliar essas necessidades. Destaque-se que nessa recomendação está abrangido o acesso à terapia hormonal e os “tratamentos” de reassignação de gênero/sexo, caso algum(a) detento(a) deseje (INDONÉSIA, 2006).

A terceira recomendação dispõe sobre a participação de todos(as) detentos e detentas nas políticas que se relacionem com os lugares em que ficarão detidos e que mais se adequem às questões sobre suas orientações sexuais e identidades de gênero; a letra “d” dessa sequência estabelece que devem ser implementadas ações que protejam as pessoas presas que são mais vulneráveis a abusos em razão de sua orientação sexual ou identidade de gênero. Após isso, o princípio 9 versa sobre as visitas conjugais, que devem ser concedidas igualmente para todos(as) os detentos e detentas, não podendo haver qualquer tipo de discriminação; os Estados

devem também fomentar o treinamento e a conscientização dos agentes do sistema “sobre os padrões internacionais de direitos humanos e princípios de igualdade e não-discriminação, inclusive em relação à orientação sexual e identidade de gênero”. (INDONÉSIA, 2006, p. 19).

Nesse mesmo sentido de ter atenção com as necessidades relacionadas com a orientação sexual e a identidade de gênero dos indivíduos, o princípio 10 dispõe sobre o direito de todos(as) de não sofrerem tortura ou tratamentos desumanos, cruéis e/ou degradantes e diz, nas orientações que seguem, que os Estados devem estar comprometidos em adotar medidas que visem evitar esses tipos de tratamentos cruéis, por meio de leis, instrumentos que possam identificar as vítimas e de programas de treinamento para as pessoas responsáveis por estabelecimentos carcerários, bem como os agentes que lidam com os indivíduos em situação de encarceramento.

Seguindo essa linha de raciocínio, na mesma esteira de pensamento de se levar em conta conceitos como gênero, orientação sexual e identidade de gênero, além dos já citados documentos que tratam dos direitos humanos dos indivíduos encarcerados e os que versam sobre as especificidades da população LGBT, tem-se também as Regras de Bangkok. O governo brasileiro participou intensamente da elaboração de tal instrumento protetivo e, de modo geral, é possível dizer que, ratificado pela Assembleia Geral da ONU, no ano de 2010, “traça diretrizes para o tratamento de mulheres presas e que tem como objetivo primário a sensibilização dos órgãos públicos do sistema carcerário para os cuidados com a questão de gênero nos presídios”. (FAVILI, 2016, p. 11).

É importante esclarecer que o presente trabalho traz as Regras de Bangkok como instrumento potencialmente capaz de guiar a proposição de direitos e garantias para as travestis e transexuais em situação de encarceramento porque, a despeito de como a sociedade as enxergue e de como a realidade do sistema as oprima, são mulheres. O gênero é trazido ao longo de todo o documento produzido em Bangkok e, para nós, o conceito mais amplo e mais abrangente desse termo é o que deve preponderar. Isso justamente porque o espectro de abrangência dos direitos humanos não pode ficar enraizado nas disposições binárias e limitadas de “homem” e “mulher” relacionadas ao sexo e a biologia básica do ser humano.

Devem, em contrário, assegurar o máximo de direitos a quem quer que necessite, da forma que necessite.

Então, voltando a atenção às disposições propriamente ditas de referido instrumento protetivo, a regra 6 fala sobre o exame médico das mulheres presas e positiva que eles devem determinar eventuais abusos sexuais que essas mulheres possam ter sofrido em momento anterior ao encarceramento, além dos cuidados com a saúde mental delas (risco de suicídio e/ou lesões autoinflingidas, entre outras). (CNJ, 2016).

Ainda sobre abuso sexual, a regra 7 explica que, no caso de violências perpetradas durante o período de encarceramento, a mulher poderá recorrer às autoridades judiciais. Ademais, a mesma regra diz que a mulher, mesmo se não procurar o judiciário, deve ter toda a atenção do corpo médico e ajuda psicológica para auxiliá-la no processo de recuperação de abusos sexuais e/ou violências nesse sentido. A regra 10, por sua vez, instrui que a mulher presa pode querer ser atendida por uma médica ou enfermeira e tal solicitação deverá ser atendida desde que não implique em riscos para a saúde da própria detenta. (CNJ, 2016).

Tratando das revistas pessoais, a regra 19 estabelece que a dignidade das mulheres deve ser respeitada durante esse procedimento, os quais deverão ser executados por agente mulheres que tenham recebido o treinamento adequado. Explicita a regra 20 que no lugar das revistas invasivas, deverão ser utilizados outros métodos que tenham a mesma finalidade, a fim de evitar os malefícios mentais e físicos decorrentes de tais inspeções corporais. (CNJ, 2016). Quanto aos riscos de abuso aos quais as mulheres presas cautelarmente estão submetidas, a regra 56 erigi que as autoridades deverão se comprometer em empregar medidas eficazes com fins a salvaguardar a segurança dessas mulheres.

4.2. INSTRUMENTOS PROTETIVOS NACIONAIS

Em nível nacional, pode-se considerar que a Constituição Federal de 1988 (CF/88) positivou alguns dos mais importantes princípios que visam proteger os direitos humanos e, em atenção ao anteriormente dito acerca da relação que os instrumentos protetivos internacionais têm com a legislação e o pensamento social de nosso país, “a subscrição do Brasil aos tratados internacionais de direitos

humanos simboliza ainda o aceite do Brasil para com a ideia contemporânea de globalização dos direitos humanos” (PIOVESAN, 2005, p. 25).

Assim, a Carta Magna legitima a primazia dos direitos humanos e, notoriamente,

Tem a dignidade da pessoa humana como fundamento da organização estatal e afirma que as normas constitucionais e garantias de direitos humanos, decorrentes de seu texto, são integradas por aquelas decorrentes de tratados, pactos e convenções internacionais de direitos humanos fundamentais dos quais o Brasil seja parte. (SILVA, 2014, p. 66).

Esse movimento de se reconhecer e valorizar um grupo específico de direitos, quais sejam, os direitos humanos, desemboca no fato de que a dignidade da pessoa humana acaba por constituir um importante princípio fundamental positivado na CF/88 e, “nos termos do art. 1, III – impõe-se como núcleo básico e informador do ordenamento jurídico brasileiro, como critério e parâmetro de valoração a orientar a interpretação e compreensão do sistema constitucional instaurado em 1988”. (PIOVESAN, 2005, p. 25). Isso constitui um valor que projeta-se e abrange uma parte significativa – se não todas as partes- do sistema jurídico normativo nacional e é empregado como fundamento interpretativo essencial. (PIOVESAN, 2005). Então, um dos objetivos fundamentais do Brasil está exposto no inciso I do artigo 3 da CF/88, quando diz que é um propósito da república “construir uma sociedade livre, justa e solidária”. (BRASIL, 1988).

Ademais, a Constituição Federal, no inciso III de seu artigo 5, não permite que qualquer pessoa seja submetida à tortura nem a tratamentos desumanos e/ou degradantes; diz, no inciso XLVIII do mesmo artigo que a pena deverá ser cumprida em estabelecimento distintos; determina o cumprimento de pena em estabelecimentos distintos, “de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado” (BRASIL, 1988) e estabelece, no inciso XLIX do artigo 5º que deve ser garantido à pessoa em situação de encarceramento o respeito à sua integridade, tanto moral quanto física. (GOURSAND, 2016).

Ainda no artigo 5, o inciso XLVI diz que a lei se encarregará de regular a individualização da pena, a qual é um princípio que

Deve aflorar técnica e científica, nunca improvisada, iniciando-se com a indispensável classificação dos condenados a fim se serem

destinados aos programas de execução mais adequados, conforme as condições pessoais de cada um (MIRABETE, 2004, p. 61).

Inferese-se que, na individualização da pena, diversos fatores devem ser considerados, como a gravidade do delito e a personalidade do agente, sendo que isso se destina a “evitar a padronização da sanção penal”. (SOUZA; VIEIRA, 2015, p. 8). Nesse sentido, a lei 7.210/1984, conhecida como Lei de Execução Penal (LEP) prevê, em seu artigo 5º (BRASIL, 1984) que as pessoas condenadas por sentença judicial serão classificadas de acordo com “seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”.

A LEP também dispõe, no artigo 1º, que a fase de execução penal deve almejar a integração social do condenado e o artigo 3º reforça essa ideia estabelecendo que à pessoa em situação de encarceramento e/ou condenada “serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”, não podendo existir quaisquer motivos para discriminação ou distinção de natureza alguma. (BRASIL, 1984).

O artigo 40 da lei 7.210/84 versa sobre a necessidade de as autoridades respeitarem a integridade física e moral dos indivíduos encarcerados e dos que receberam sentença condenatória. (BRASIL, 1984). Referido diploma normativo prossegue, no artigo 41, esclarecendo os direitos do preso, sendo que entre eles está, a garantia ao vestuário (inciso I), no inciso X se encontra o direito de ter visita íntima do cônjuge ou da companheira(o) e de parentes e amigos. Além disso, o inciso XI desse artigo prevê o direito do preso ao chamamento nominal e o inciso XII atesta o direito à igualdade de tratamento entre os presos, “salvo quanto às exigências da individualização da pena” (BRASIL, 1984).

A Resolução do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP) nº4 de 28 de junho 2011 recomenda que os Departamentos Penitenciários e estabelecimentos que desenvolvem atividades equiparadas garantam à pessoa em situação de encarceramento o direito à visita íntima e diz que ela deve se dar em ambiente reservado, sendo que tal privacidade deve se dar tanto em relação hetero como também em relações homoafetiva (BRASIL, 2011).

Levando em conta essa esfera da necessidade de garantir os direitos às travestis e transexuais encarceradas, em 2014, mais especificamente no dia 15 de abril, por intermédio da Resolução nº1 do Conselho Nacional de Política Criminal e

Penitenciária e pelo Conselho Nacional de Combate à Discriminação, estabeleceram-se medidas e critérios para o acolhimento da população LGBT na política de execução penal das penas privativas de liberdade. Essa portaria “se baseou nas premissas constitucionais contidas nos incisos III, XLI, XLVII, XLVIII, XLIX do artigo 5º da Constituição Federal” (GUIMARÃES, 2014, p.74), que asseguram, em linhas gerais, a proteção à dignidade da pessoa humana, com a vedação de tratamentos degradantes e cruéis.

Referida resolução leva em conta uma série de orientações nacionais e internacionais sobre a diversidade de gênero e sobre os direitos humanos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o Pacto de San José da Costa Rica, as Regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento de presos, as Regras de Bangkok sobre o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, os Princípios de Yogyakarta, o qual versa sobre a relação de direitos humanos e identidade de gênero. Ademais, toma também por base a Lei de Execução Penal brasileira, especificamente seus artigos 40 e 41, que falam sobre os direitos das pessoas privadas de liberdade.

Ademais, traz diversos conceitos importantes e dispõe sobre a visita íntima; sobre o benefício do auxílio reclusão para cônjuges e companheiros homossexuais; considera a transferência para alas especiais de membros da população LGBT que sofram ou estejam ameaçados de sofrer tratamentos cruéis e degradantes. Além disso, Guimarães (2014, p.76) destaca que “o artigo 2º da Portaria garante aos penados travestis ou transexuais o direito de serem chamados pelo nome social, de acordo com o seu gênero”. As travestis e transexuais privadas de liberdade também poderão usar vestimentas femininas ou masculinas, de modo a assegurar a expressão adequada ao seu gênero. (GUIMARÃES, 2014).

Para destacar a importância da Resolução conjunta nº 1 de 15 de abril de 2014, em 2015, o Plano Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com o objetivo de minimizar a violência no sistema carcerário e de harmonizar o princípio da individualização da pena com a ideia de dignidade da pessoa em situação de encarceramento, a medida 7 (BRASIL, 2015) estabelece, tomando como referência a enorme violência perpetrada contra os LGBT enquanto presos, que

Medida 7: As diferenças devem ser respeitadas para gerar igualdade de direitos. As questões de gênero; de orientação sexual e

identidade de gênero; de deficiência; geracional; de nacionalidade; raça, cor e etnia, são vividas também no campo criminal e penitenciário, e não devem ser desconsideradas. É uma questão de acesso aos direitos e de gestão das políticas públicas.

Diz ainda que os Estados têm que elaborar e implantar políticas que se preocupem com a questão de gênero e da não discriminação sendo que se deve, para tanto, “implementar a Resolução conjunta nº 01, de 2014, do CNPCP e CNCD (Conselho Nacional de Combate à Discriminação), que estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade”. (BRASIL, 2015).

5. REALIDADES DO SISTEMA CARCERÁRIO NO DISTRITO FEDERAL: conhecendo narrativas e desmistificando a teoria

Nesse capítulo, o intuito será o de analisar, com base nas pesquisas e nas entrevistas feitas tanto com aqueles sujeitos que fazem o sistema quanto com os(as) que estão submetidos(as) de alguma forma a ele, como se dá, efetivamente, o cotidiano do sistema penitenciário do DF sob a ótica da identidade de gênero. Isso se dará ao nos debruçarmos sobre a efetividade das leis, normas e diretrizes que são (ou não) implementadas pelo sistema penitenciário em relação às travestis em situação de encarceramento. Não existe a pretensão de exaurir todos os aspectos referentes ao tema, de modo geral, do presente trabalho, mas os principais pontos levantados no capítulo anterior serão, agora, objeto de estudo a fim de verificarmos as realidades do sistema.

Especificamente sobre os instrumentos protetivos, quanto à alínea “a” da sétima regra das Regras de Mandela, quando trata sobre o respeito à autoatribuição de gênero na ocasião de entrada da pessoa presa nos estabelecimentos prisionais, o que se nota é que tal disposição não é atendida. Isso porque, no âmbito do CDP, o Diretor dessa unidade prisional revelou, quando indagado o modo pelo qual eram chamadas as travestis quando de sua entrada no presídio, que

[D1] É o nome de registro. Nós ainda não temos condições de... porque aqui a gente lida com um publico muito grande, muito reduzido de servidores e você seria... complicado, muitos vem com nomes falsos. Então, você ainda fazer... trazer o tratamento pelo nome social, né? Esse é o termo. A gente ainda não consegue.

Ademais, na entrevista com a Juíza Titular da VEP ficou claro que o resultado é igualmente negativo no que tange à postura do Judiciário em relação ao respeito ao nome social das mulheres trans e a respectiva influência dessa autoidentificação no deslinde do processo e na alocação delas nos presídios. Isso porque, quando inquirida sobre a existência de orientações no sentido de perguntar a o nome social da travesti e, a partir disso, designa-la para o presídio adequado, foi dito que

[...] As pessoas são presas e é lavrado o flagrante nas delegacias. Então já tem bastante tempo que não é mais permitido ficar preso em delegacia. É... tem previsão legal pra isso. Então eles ficam em delegacia pelo tempo suficiente pra lavar o flagrante. Lavrou o flagrante, eles vão pra DCCP, que é a carceragem da policia civil. Então ali o que que acontece: eles são identificados. Então tem o sistema de identificação. A Policia Civil faz toda a identificação. Dali, terças e sextas os presos descem no bonde pro sistema. Então a

porta de entrada é o CDP. **Independente de quem quer que seja... para o homem.** Então eles chegam... se você é identificado como homem, você vai descer lá pra baixo. Até então, nós, juízes da execução, temos contato com o papel [...] A alocação tem que passar pela VEP. Então eu já vou saber previamente quem vai e quem não vai (grifo nosso). [J1]

Fica evidente a impessoalidade do contato: depois do momento em que a travesti é civilmente identificada na Divisão de Controle e Custódia de Presos, parece não haver outra oportunidade na qual lhe é perguntado seu nome. E, como a travesti já é identificada como “homem” logo de início, também não parece que o sistema considere relevante a autoidentificação do nome social dessas mulheres.

[J1] É como eu to te falando: o contato inicial conosco é o papel. Incumbe à defesa ou ao próprio réu, porque na execução penal aquela questão lá na Constituição que diz que o advogado é indispensável à justiça e ninguém pode pleitear em juízo se não por meio de advogado... é mitigado na execução penal porque o preso pode pleitear por ele mesmo. Então se ele me mandar uma carta... eu vivo recebendo inúmeras cartinhas que eles mandam que eles chamam de “catatau”. Ai eles mandam o “catatau” ou por familiar ou por correio.

A Regra 11 das Regras de Mandela versa sobre a necessidade da separação das categorias de presos em unidades prisionais distintas ou mesmo em diferentes áreas da mesma carceragem, a alínea “a” diz que “homens e mulheres” devem permanecer completamente segregados. Em relação a essas orientações, foi possível concluir que as travestis em situação de encarceramento, por serem identificadas como “homens” pelo sistema, são automaticamente encaminhadas para o presídio masculino. Essa identificação com o gênero masculino, pelo Judiciário, pode ser traduzida num caso concreto que a Juíza Titular da VEP narrou durante a entrevista.

Na situação contada pela Juíza, enquanto estava na DCCP, conheceu “um rapaz com traços orientais” que era travesti. Nessa ocasião, a travesti solicitou à Juíza Titular da VEP que fosse transferida para o presídio feminino e, lhe foi perguntado se já havia feito a cirurgia de redesignação sexual, pois se ainda tivesse o órgão genital masculino, teria que ir para o CDP, que é um presídio masculino. Quando a travesti respondeu que não tinha feito a cirurgia e nem pretendia fazer, pois estava satisfeita com o próprio corpo, muito embora se identificasse como

mulher, a Juíza disse que o sistema considerava essa mulher trans como homem e, por isso, ela não poderia atender o pedido de transferência.

Quanto à regra 52 de referido instrumento protetivo, que trata sobre as revistas íntimas (ou pessoais), a parte final da regra fala que tais revistas têm que ser empreendidas por agentes do mesmo gênero da pessoa a ser vistoriada. Na prática do CDP, porém, isso não é observado no que se refere às revistas íntimas nas mulheres trans encarceradas. Todas as travestis entrevistadas afirmam que as revistas íntimas são feitas por agentes carcerários homens. A resposta do Diretor dessa unidade prisional quando inquirido sobre a forma como se dá a revista íntima nas travestis esclarece o posicionamento aqui sustentado:

[D1] Ela é normal, igual aos outros. Infelizmente, eu não tenho como...é porque, como ela seria, né? Seria uma mulher das minhas agentes que iriam revistar? As minhas agentes iriam sentir o mesmo processo inverso, né? Elas poderiam se recusar, elas poderiam se sentir constrangidas...nos ainda temos que evoluir muito sobre isso. É igual a situação do banheiro, né? A ideia é que tivesse um banheiro específico ou eles vão usar o mesmo banheiro que mulheres? E estando lá dentro, como seria esse contato? Sua mãe? Sua vó? Pq “nós” somos uma geração mais avançada, uma geração mais nova. Mas minha vó, minha bisavó, minha mãe... não tem ainda essa capacidade ou não houve ainda essa evolução.

Sobre a regra 81, que exige que na unidade feminina dos presídios devem sempre circular agentes carcerários mulheres e diz ainda que homens não podem adentrar nos ambientes femininos a não ser que acompanhado por uma oficial mulher, observa-se que, no CDP, isso também não é observado, pois nas celas 13 e 14, que são as áreas destinadas às travestis em situação de encarceramento, somente circulam homens. Alias, às avessas das disposições legais, nesses espaços as agentes mulheres não entram a não ser que estejam acompanhadas de homens.

A parte que inicia as disposições do princípio 9 de Yogyakarta diz que “a orientação sexual e identidade de gênero são partes essenciais da dignidade de cada pessoa” (INDONÉSIA, 2006, p.19). A seguir, conforme anteriormente exposto, existem orientações que os Estados devem seguir para se assegurar a dignidade humana e o respeito às subjetividades das pessoas.

Dito isso, no que tange à segunda orientação, os Estados devem proporcionar terapias hormonais e/ou tratamentos de redesignação sexual ou de gênero quando requeridos pelas pessoas trans. Assim, as respostas dessa pesquisa mostram que essas diretrizes não são atendidas pelo sistema, vez que todas as travestis

entrevistadas relataram que não podem continuar com a hormonização quando entram no presídio, mesmo se fizerem requerimentos nesse sentido.

Faz parte do princípio 9, também dos Princípios de Yogyakarta, a orientação que incumbe os Estados de criar treinamento e compreensão das diversidades para os agentes do sistema penitenciário. Quanto a isso, o Diretor do CDP afirmou, taxativamente, que não tem nenhum protocolo interno que esclarece ou apresenta modos diferenciados de lidar com travestis e transexuais no sentido de assegurar o respeito às suas individualidades.

A regra 19 das Regras de Bangkok versa sobre as revistas pessoais e o respeito às dignidades das mulheres em situação de encarceramento. Reafirma, em linhas gerais, o disposto na regra 52 de Mandela. Igualmente, não é respeitada essa disposição, na medida em que as revistas empreendidas nas travestis são feitas da mesma forma que nos homens presos, usando os mesmos métodos e são feitas por agentes homens, a despeito de a regra 19 orientar no sentido de que sejam mulheres a revistarem outras mulheres. Isso reafirma o fato de que as travestis presas são consideradas “homens” e não recebem tratamento condizente com sua identidade de gênero.

A regra 56, disposta nas Regras de Bangkok, diz que as autoridades deverão se certificar e comprometer-se com a segurança das mulheres em situação de encarceramento, principalmente em relação aos abusos eventualmente sofridos ou que estejam em risco de sofrer (BRASIL, 2016). Nesse sentido, existe, no CDP, duas celas reservadas ao público LGBT, que, segundo o Diretor dessa unidade prisional, foram criadas justamente para prevenir abusos e diminuir as violências que existiam antes, quando as travestis ficavam misturadas à massa carcerária masculina. Ressalte-se que a existência e os porquês desse espaço de vivência diferenciado para a população LGBT nos presídios serão tratados com mais detalhes quando chegarmos à análise das resoluções do CNPCP, essencialmente a Resolução 1 de 15 de abril de 2014.

Ainda sobre Regras de Bangkok, em entrevista, a Juíza Titular da VEP defendeu que se caso fosse deferido que uma travesti fosse pro presídio feminino justamente pelo entendimento do judiciário de que ela é uma mulher, então não teria porque não serem observadas as regras em relação às mulheres. Inclusive seria

uma contradição identificar uma travesti como mulher e não aplicar as regras femininas a ela.

Conforme já dito, o inciso XLVI do artigo 5 da CF/88 versa sobre a individualização da pena e fala que a lei se encarregará de regular tal instituto. Por sua vez, a LEP, em seu artigo 5 também aborda esse aspecto. Isso quer dizer, em linhas gerais, que a pena não deverá servir de instrumento condenatório padronizante e que encarcera sem sopesar as necessidades pertinentes à cada pessoa.

Esse processo pode se dar tanto com o juiz de primeiro grau, que profere a sentença condenatória e leva em conta os dizeres do artigo 59 do Código Penal quanto com o juiz da execução. Como explicado pela Juíza Titular da VEP, a individualização da pena é também analisada no decorrer da própria execução. Ao longo do processo, o indivíduo privado de pode pleitear suas necessidades específicas ao juízo da execução o qual, faz a análise da personalidade do agente para conceder ou não tal pedido. Quando perguntada sobre a forma por meio da qual a execução penal interfere na individualização da pena, a Juíza respondeu que:

Bom... aqui sendo a execução penal, quando a gente recebe a carta de guia, que é o que inicia o nosso processo ne. Que é a carta de guia, que é um título judicial com o trânsito em julgado ou então quando a gente recebe o preso provisório a gente já executa e a gente atua processo a processo considerando a individualização efetivamente. Claro que existem decisões que a gente pode dizer assim.. que sejam padrão, mas não no sentido de padrão ruim sabe? Aquela coisa de padronizar e generalizar. É porque existem muitos que estão na mesma situação fática e então na mesa situação fática, o remédio jurídico ele vai ser igual. Mas a gente trata a situação igual pros iguais e desigual pros desiguais. Na medida das igualdades e desigualdades ne?

Aqui, a Juíza Titular da VEP relembra um caso concreto no qual uma travesti, por intermédio de seu irmão, pediu que lhe fosse concedido o uso de um “top” de academia, com a finalidade de esconder seus seios, vez que estava presa na carceragem masculina e o assédio, os abusos eram frequentes. Relata a juíza que o pedido foi atendido justamente porque era necessário fazer essa diferença de tratamento em relação à travesti, levando em conta sua individualidade, como é entabulado pelo inciso XII do artigo 41 da LEP.

No CDP, uma das travestis entrevistadas relatou que recentemente ficou sabendo que poderia usar referido “top” de academia.

[T2]: o chefe de pátio ate pediu pra gente pedir pros advogados da gente trazer um... esses tipo um “bustiezinho” de academia pra gente poder colocar entendeu? Mas tem tempo [...] é porque a gente nem sabia que podia ne. Porque nos outros Estado eu sei que pode, só que aqui eles fala que a lei é diferente... em Brasília. Ai não sei.

Por sua vez, o artigo 40 da LEP determina que a integridade moral e a física devem ser respeitadas e garantidas pelo sistema penal. Isso é corroborado pelo inciso XLIX do artigo 5 da CF/88. Quanto a esse aspecto, quando indagada sobre a ocorrência de violências sofridas por indivíduos estigmatizados, no contexto prisional, a juíza Titular da VEP narra que “normalmente se ele cair na massa ele vai ser estuprado, vai ser feito de mulher... vão fazer horrores ne. Vão hostilizar mesmo e ai a gente já separa”. Em entrevista, uma das travestis afirma que “quando eu cheguei, além de cortarem meu cabelo, me jogaram spray de pimenta e falaram que ia me quebrar e me desmaiar pelo menos três vezes” [T1].

Com isso, não é difícil perceber que valores básicos como integridade respeito são completamente relegados, fazendo com que o princípio da proteção à dignidade humana acabe sendo reduzido a um mero pressuposto teórico que, na prática, é preterido. A proteção à dignidade da pessoa humana, pode-se perceber, é tutelada de forma clara, mas o próprio sistema, por meio de seus mecanismos de controle dos corpos, muitas vezes limita esse princípio fundamental da CF/88 (GUIMARÃES, 2014).

Ressalte-se que o fato de a LEP não tratar de travestis, transexuais e de tantas outras identidades que de fato existem na realidade prisional e somente fazer, em seus artigos 89 e 90, as divisões de “homens” e “mulheres” mostra a distancia dessa lei dos ensinamentos constitucionais traduzidos na Carta Magna que rege a sociedade brasileira, desafiando, por exemplo, o princípio do respeito à dignidade da pessoa humana e o da igualdade de todos(as) perante a lei, sem distinção de qualquer tipo. Chamamos atenção ao fato de que o problema não está exatamente em separar homens e mulheres, mas em ignorar a possibilidade de existirem subjetividades várias que transcendem essa separação binária de gênero. A justiça social é suprimida e indivíduos que já são excluídos e desconsiderados pela maioria

veem seus direitos fundamentais tolhidos de forma severa no âmbito das prisões. (CAVALCANTE e DIAS, 2011).

Quanto à Resolução Conjunta 1 de 15 de abril de 2014, trata, em seu artigo 2, sobre a exigência de a travesti ser chamada pelo seu nome social (BRASIL, 2014). Em relação a isso, quando indagada sobre tal possibilidade, todas as travestis relataram que são sempre tratadas por seus nomes de registro. Dizem que em momento algum lhes é perguntado o nome social. Sobre isso, relembramos a fala do Direto do CDP quando confirmou que chama as travestis pelo nome de registro sob a justificativa de que ainda não tem condições de atender a tal demanda.

Em relação ao artigo 3 dessa Resolução Conjunta, realmente existem os espaços de vivência específicos reservados ao público LGBT privado de liberdade. Sobre isso, esclarece o Diretor do CDP que:

Em 2007, ainda na administração do doutor Osmar, que agora é o subsecretario, nós criamos uma cela específica. Por que? Porque ate 2007, eles eram encaminhados pro “SEGURO”, e no “seguro” eles ficavam na ala de crimes contra os costumes. Então, eles ficavam juntos com estupradores e todos esses crimes contras os costumes e ai, você imagina o que que acontecia... Por que tinha-se uma concepção antiga disso, né? Os outros presos não aceitavam. Então, a gente imagina que aconteciam muitas violações, porque... não é porque ele tinham essa condição que ele deveria ficar junto com esse público. Então em 2007 nos criamos celas específicas, somente pra esse publico.

Tal fato foi corroborado pelas travestis entrevistadas, as quais citaram que ficam nas celas 13 e 14 da ala A do CDP, porém, a despeito do que dispõe o paragrafo 2º do artigo 3º da Resolução em comento, o qual diz que “a transferência da pessoa presa para o espaço de vivência específico ficará condicionada à sua expressa manifestação de vontade” (BRASIL, 2014), as travestis relataram que foi automática a transferência para as celas 13 e 14

[...]não... é automático. Por eu ser trans eu não tenho escolha né. Mas assim, eu posso ficar em outra cela.[T1]

[...]como a gente já tem prótese de silicone, silicone na bunda, tudo assim e corpo de mulher geralmente eles nem pergunta (sic) porque eles já vê (sic) né que é homossexual aí já joga... leva automaticamente [T2]

Quanto ao artigo 5 da Resolução Conjunta nº 1, a realidade é que as travestis em situação de encarceramento não podem usar roupas femininas se desejarem, nem manter os cabelos grandes. Isso pôde ser confirmado pela fala de uma das

travestis entrevistadas, quando indagada se já havia sofrido algum tipo de violência, dentro do presídio, por ser trans.

[T2]: ai, algumas. Várias vezes. No inicio quando eu cheguei por causa do corpo mesmo. Por causa das roupa. [...] mesmo usando roupa masculina às vezes marca... as próteses de silicone e minha bunda assim tem alguns que acham ruim entendeu?

O Diretor do CDP, sobre a possibilidade de as travestis usarem roupas femininas, diz que:

Não pode...Porque ainda existe uma discriminação muito grande da sociedade [...] Então, essas que tem seios, no dia da visita eles ficam constrangidos. Eles não movimentam entre os outros, entre os visitantes. Há uma certa... entre eles presos, há um cerceamento. Então, uma medida que nós... eu em um primeiro momento quando cheguei, não podia sutiã. Ai continua sem poder sutiã. Eu não posso permitir o sutiã, é um presidio precipuamente masculino. Mas o que eu autorizei foi aquele top de academia, aquele justinho, branco, sem fivela e sem nada. Então, veste o top ele dá uma firmada boa nos seios, e ai vem uma camisa branca por cima.

Ainda sobre a possibilidade de as travestis manterem os cabelos longos, se assim desejarem, o Diretor do CDP respondeu:

Todos cortados. O que eu faço e ai eu, porque... a primeira vez que aconteceu foi... é... eu acho que a maior, digamos assim, a maior violação se é que é esse o termo, acontece nesse momento. Uma das maiores que é a perda do cabelo, do aplique. Então o que eu faço: eu retiro, a gente corta por motivos, entre eles, de higiene e de pra própria segurança, que você imagina também um cara preso ai há muitos anos, vê cabelos longos e tal... pode vir um abuso, pode vir um estupro. Então, a gente coloca... a gente corta certinho e coloca em um saquinho e eu trato aquele cabelo como um bem, né? Então, ele é recolhido, ele é dado o nome do interno e a família ou ele mesmo se sair, tem um mês pra pegar esse material aqui. O advogado ou a família ou o próprio interno se ele sair de alvará, ele passa aqui e pega. Que seria a possibilidade que enquanto cresce, ele vai lá e põe de volta.

Em relação ao direito de visita íntima, tutelado no artigo 6 da Resolução Conjunta nº1 bem como na Resolução nº 4, de 29 de junho de 2011 do CNPCP, o que se notou foi que, além da aparente complicação burocrática para se conseguir tal direito, as travestis entrevistadas relatam o desconhecimento da possibilidade de seus (ou suas) companheiros(as) as visitarem na prisão. O Diretor do CDP corrobora com essa informação ao dizer que, as visitas intimas para travestis são regulamentadas e que “nós nunca tivemos esse caso. Porque, assim... teria que ser feito o cadastro tudo direitinho, mas não tem”.

Ademais, sobre o parágrafo único do artigo 7 da Resolução Conjunta nº 1, ficou claro que, conforme já sustentado quando falamos sobre os Princípio de

Yogyakarta, as travestis em situação de encarceramento não tem direito de continuar com seus processos de hormonização caso o tivessem iniciado fora do presídio. Não têm, também, assegurado atendimento de saúde, nem psicológico que sejam adequados às necessidades de uma travesti presa em uma cadeia de “homens”. O Diretor do CDP afirmou, sobre a possibilidade de hormonização das travestis presas, que “[...] eu particularmente, acho que não tem essa... nós não temos essa capacidade ainda não. O estado não está tão eficiente não”.

Ainda no sentido de conferir direitos às transexuais e travestis e minimizar o tormento do sistema prisional, é mister evidenciar que, apesar de a Resolução Conjunta nº1 de 15 de abril de 2014 ser um avanço na questão da visibilidade dos grupos estigmatizados, ainda se prende a alguns valores binários sexuais, como por exemplo o foco na necessidade de haver ou não rejeição ao órgão genital masculino para só assim se definir uma mulher trans ou travesti. Isso “coaduna com a compreensão patologizada da transexualidade, que impõe em diversos âmbitos a existência de um laudo médico que ateste a presença do transtorno psicopatológico”. (LIMA e NASCIMENTO, 2014, p. 84). Na tentativa de padronizar, por vezes o sistema acaba por ignorar a subjetividade da identidade de gênero e, assim, não dá o tratamento adequado às trans.

Na opinião de Lima e Nascimento (2014), a prisão é assentada em conceitos binários, separando os sujeitos em homem e mulher de acordo com seus genitais. Isso vai de encontro aos valores de justiça esculpidos na Constituição Federal de 1988 e dá abertura para uma série de confusões terminológicas e práticas sobre o assunto. Outrossim, “A referida resolução, portanto, incorre em erro quando tenta classificar sob ditames relativamente rígidos uma identidade que é fluida”. (LIMA e NASCIMENTO, 2014, p. 85).

CONCLUSÃO

Ao longo desse trabalho, ficou evidente que “a experiência de pesquisar a/na prisão implica saber defrontar-se com um peso diferenciado do real, um peso que se manifesta em todos os espaços da prisão”. (FERREIRA, 2014, p. 115). Isso porque, quando o número de instrumentos protetivos existentes no ordenamento jurídico parece demonstrar que a população LGBT e, em especial as travestis vêm tendo seus direitos devidamente assegurados, a realidade dos presídios deixa claro o patente descaso com suas identidades de gênero e o constante desrespeito às suas dignidades enquanto mulheres trans encarceradas.

Ademais, além de desrespeitar a subjetividade de travestis encarceradas, o binarismo no trato criminológico denuncia o fato de que as travestis são tratadas como “homens” pelo sistema penal e postas na cadeia masculina, pois são tidas como “estranhas” pela moral social e são estigmatizadas não recebendo a atenção do Direito de modo efetivo e que atenda às suas individualidades. Nesse contexto, é levado em conta tão somente os aspectos biológicos dos indivíduos, desconsiderando sua identificação de gênero. (CAVALCANTE e DIAS, 2011). Há que se chamar atenção ao tema para haver respeito às diferenças e mudanças nos paradigmas que se perpetuam num sistema obviamente ultrapassado e inócuo. A realidade tem de ser digna para todos(as).

Disso, depreende-se que um dos maiores problemas que as instituições enfrentam (desde o Judiciário até o Executivo) é o sistemático descaso com as leis, as normas e os ditames dos instrumentos protetivos que tratam de direitos e garantias e da população LGBT no contexto prisional. Conforme exposto na presente pesquisa, é enorme o descaso com o que dispõe os parâmetros legais que buscam orientar o sistema como um todo. É raro encontrar alguma disposição legal que de fato esteja sendo atendida, em sua totalidade, no que tange ao respeito às travestis presas e ao reconhecimento de suas necessidades.

Percebe-se que existe a violência nas prisões em geral, que assolam de forma basicamente igual toda a massa carcerária, como, por exemplo a

insalubridade dos presídios e celas superlotadas e, por outro lado, existem as violências sofridas por determinadas parcelas da população. Essa segunda violência, mais pontual, inscreve-se no âmbito dos desrespeitos às peculiaridades das mulheres trans, das travestis que estão em situação de encarceramento, haja vista o contínuo descaso com suas identidades inconformes, seus gêneros “fora do padrão”.

[D1]: o maior violador dos direitos é o estado, né? E dentre as condições que nós temos aqui, a gente entende aquilo que é possível fazer, porém você precisa sempre de uma avaliação e essa avaliação depende muito desse momento que você tá vivendo.

Por sua vez, as problemáticas que envolvem o encarceramento de travestis nos presídios brasileiros têm contornos próprios, vez que a pobreza é conjugada com preconceito dentro e fora da prisão e isso produz uma série de opressões singulares que esse grupo civil tem de suportar. As respostas a essas questões permanecem com limites confusos, mas o que fica evidente é que a seleção das travestis tanto na sua captura quanto na sua manutenção no sistema penal estabelece uma série de padrões de sofrimento e preconceito. Essa seleção existe por diversos fatores, mas a que se destaca é o automatismo social e do sistema em isolar, em encarcerar tudo aquilo que destoe do molde binário, heterossexual e branco, que o desafie de alguma forma (ou de todas as formas).

Por fim, resta demonstrado que o sistema penal tem de evoluir com as mudanças que ocorrem na sociedade, sob pena de permanecer ultrapassado e, com isso, não atender aos direitos fundamentais que se consolidam para grupos socialmente excluídos, como é o caso da população trans. A enorme dificuldade de adequação do sistema carcerário com as individualidades das pessoas trans evidencia esse problema. Os obstáculos enfrentados pelas esferas de poder que tutelam os direitos e garantias fundamentais só podem ser superados com a devida atenção ao tema para, enfim, desenvolverem políticas adequadas à realidade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUINSKY, Beatriz; FERREIRA, Guilherme Gomes; RODRIGUES, Marcelli. Travestis e segurança pública: as performances de gênero como experiências com o sistema e a política de segurança no Rio Grande do Sul. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 47-54, jan.-jun. 2013.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012

BEAUVOIR, Simone. O segundo sexo: fatos e mitos. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960.

BECKER, Simone; LEMES, Hisadora Beatriz G. Vidas vivas inviáveis: Etnografia sobre os homicídios de travestis no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul. In: *Revista Ártemis*, Vol. XVIII nº 1; jul-dez, 2014. p. 184-198.

BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. Disponível em: < https://www.academia.edu/3445499/A_reinven%C3%A7%C3%A3o_do_corpo_sexualidade_e_g%C3%AAnero_na_experi%C3%AAncia_transexual>. Acesso em: 17 ago. 2016.

BENTO, Berenice. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BORRELLI, Isabela. Transexuais: eles também estão no cárcere. Disponível em: < <http://www.siteladom.com.br/transexuais-elastambem-estao-no-carcere/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 11º ed. - Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2012. Disponível em < <http://www.geledes.org.br/18-livros-de-pierre-bourdieu-para-download-gratuito-21-artigos-sobre-sua-obra/#gs.L1F0VuQ>>. Acesso em: 26 de maio de 2017.

BRAGATO, Fernanda Frizzo. Pessoa humana e direitos humanos na Constituição de 1988 a partir da perspectiva pós colonial. 2009. 350 f. Dissertação (Doutorado) – Programa de Pós- Graduação em Direito. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 ago. 2016.

BRASIL. Lei de Execução Penal. Brasília, 1984. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm. Acesso em: 09 de agosto de 2017.

BRASIL. Resolução Conjunta CNPCP/CNCD nº 1 de 15 de abril de 2014, Brasília, DF. Disponível em: <http://justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas->

2/diversidades/normativos-2/resolucao-conjunta-no-1-cnpc-e-cncd_lgbt-15-de-abril-de-2014.pdf Acesso em 20/06/2017.

BRASIL. Resolução CNPCP nº 4 de 29 de junho de 2011, Brasília, 2011. Disponível em <http://www.justica.gov.br/seus-direitos/politica-penal/politicas-2/mulheres-1/anexos-projeto-mulheres/resolucao-no-04-de-29-de-junho-de-2011.pdf>. Acesso em 22/06/2017.

BUTLER, Judith. “Variações sobre sexo e gênero: Beauvoir, Wittig e Foucault” In: BENHABIB, Seyla & CORNELL, Drucilla. Feminismo como crítica da modernidade. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, Judith. Marcos de guerra. Las vidas lloradas. Barcelona: Paidós, 2010.

CALISTO, Larissa Souza. Eu também tenho direitos: visibilidade travesti e transexual para além dos estigmas. Monografia. Faculdade Cearense – FAC. 2014.

CASTILHO, Natalia Martinuzzi. Pensamento descolonial e teoria crítica dos direitos humanos na América Latina: um diálogo da partir da obra de Joaquín Herrera Flores. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. São Leopoldo. 2013.

CAVALCANTE, Murilo Simões; DIAS, Adriana Vieira. O Binarismo-Sexual no sistema carcerário e a questão dos direitos dos travestis e transexuais presos. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI (Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito). Democracia e reordenação do pensamento jurídico: compatibilidade entre a autonomia e a intervenção estatal, Belo Horizonte, 2011.

CNJ. Regras de Bangkok - Regras da Organização das Nações Unidas para o tratamento das presas e medidas não privativas de liberdade para as mulheres infratoras. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2017

CNJ. Regras de Mandela (ONU). Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/05/39ae8bd2085fdb4a1b02fa6e3944ba2.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2017

DE OLIVEIRA, Manoel Rufino David. Interdisciplinaridade e estudo Criminológico da Violência Homofóbica: tensões entre Criminologia e Teoria Queer. Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal, v. 4, n. 1.

ESPINOZA, Olga Mavila. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. São Paulo: IBCCRIM, 2004.

FERREIRA, Guilherme G. Travestis e prisões: a experiência social e a materialidade do sexo e do gênero sob o lusco-fusco do cárcere. 2014. 144 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. 2014.

GOMES, Camilla de Magalhães. TÊMIS TRAVESTI – *as relações entre gênero, raça e direito na busca de uma hermenêutica expansiva do “humano” no Direito*. 2017. 236 f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Brasília. Brasília. 2017.

GOMES, Diniz. Como vivem os LGBT no sistema prisional. Disponível em: < <http://www.pedromigao.com.br/ourodetolo/2015/05/como-vivem-os-lgbt-no-sistema-prisional/>>. Acesso em: 29 ago. 2016.

GUIMARÃES, Gabriela Favretto. O transgênero e o gênero não-binário no sistema penal: suas convergências, influências e problematizações. 2014. 89 f. Dissertação (Monografia). Departamento de Ciências Penais. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014.

INDONÉSIA. Princípios de Yogyakarta, Yogyakarta, 6 a 9 de novembro de 2006. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 19 set. 2009.

LIMA, Heloisa Bezerra; DO NASCIMENTO, Raul Victor Rodrigues. Transgeneridade e cárcere: diálogos sobre uma criminologia transfeminista. *Revista Transgressões*, v. 2, n. 2, p. 75-89, 2014.

MELO, Érica. Feminismo: velhos e novos dilemas uma contribuição de Joan Scott. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 31, p. 553-564, abr. 2016. ISSN 1809-4449. Disponível em: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8644893>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

PELÚCIO, Larissa. Abjeção e desejo – uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. São Paulo: Annablume, 2009.

PERES, William Siqueira; Subjetividade das travestis brasileiras: Da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005

PINHA, Lucas Souza. A política prisional de hiperencarceramento coletivo resultante da exclusão social. 2016. 10 f. Dissertação (Monografia). Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora. 2016.

SALES, Dimitri. Direitos de travestis e transexuais as prisões. Disponível em: < <http://dimitri-sales.ig.com.br/index.php/2014/03/10/direitos-de-travestis-e-transexuais-na-prisao/>>. Acesso em: 13 ago. 2016

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf?sequence=1>. Acesso em: 17 ago. 2016.


SESTOKAS, Lúcia. Caso verônica: o que a atitude de policiais e da mídia nos dizem sobre violência, machismo e transfobia?. Disponível em: <<http://ittc.org.br/caso-veronica-o-que-a-atitude-de-policiais-e-da-midia-nos-dizem-sobre-violencia-machismo-e-transfobia/>>. Acesso em: 21 ago. 2016

SIMAKAWA, Viviane Vergueiro. Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado). Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Universidade Federal da Bahia. Salvador. 2015.

VÁZQUEZ, Daniel; DELAPLACE, Domitille. Políticas públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção. SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 8, n. 14, p. 35-65.jun. 2011. Disponível em <<http://egov.ufsc.br/portal/conteudo/pol%C3%ADticas-p%C3%BAblicas-na-perspectiva-de-direitos-humanos-um-campo-em-constru%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 19 de março de 2017.

ANEXOS

ANEXO 1: OFÍCIO DE AUTORIZAÇÃO DA VEP

 TJDF	Poder Judiciário da União TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS VARA DE EXECUÇÕES PENAS DO DF
---	--

Autos nº 00075954320178070015
(Processo antigo nº 20170110321484)

DECISÃO

Interessada: **ISABELLA PETROCCHI RODRIGUES DOS SANTOS**

Trata-se de Procedimento instaurado para apreciação de pedido de autorização para a realização de pesquisa acadêmica por ISABELLA PETROCCHI RODRIGUES DOS SANTOS, estudante do Centro Universitário de Brasília em estabelecimento prisional do Distrito Federal.

Recebido o requerimento, procedeu-se à sua autuação, nos termos da Portaria n. 008/2016 deste Juízo.

Nesta data, vieram os autos conclusos para decisão.

Relatei.

DECIDO

Inicialmente, ressalto que a realização de pesquisas acadêmicas cuja realização depende de ingresso nos estabelecimentos prisionais possui relevância no sentido de contribuir para o desenvolvimento de uma visão crítica com relação ao funcionamento do sistema penitenciário e, em uma análise mais ampla, ao modelo da Execução Penal adotado pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Nesse sentido, este Juízo entende que tais iniciativas não devem ser obstruídas, desde que as atividades sejam realizadas com autorização prévia desta VEP e de acordo com as normas estabelecidas pelo sistema penitenciário, a fim de atingirem o objetivo proposto e não causarem prejuízo à rotina carcerária.

É importante pontuar que o sistema carcerário do DF vivencia atualmente uma grave crise institucional, agravada pelo crescente quadro de superlotação verificado em praticamente todos os estabelecimentos prisionais, aliado a um déficit de servidores lotados nas referidas unidades que já se observa ao longo de vários anos.

Dessa forma, este Juízo deve agir com responsabilidade na apreciação de pedidos dessa natureza, já que a realização de pesquisas acadêmicas gera impacto nas rotinas habituais dos estabelecimentos penais, tendo em vista a necessidade de disponibilização de escoltantes, bem como de servidores para o devido acompanhamento

715053	Documento não assinado digitalmente	02/06/2017 18:53	1 / 3
--------	-------------------------------------	------------------	-------

dos pesquisadores, além da própria verificação prévia quanto à existência de óbice ao ingresso dos requerentes.

Quanto ao presente pedido, verifico que a SESIPE se manifestou favoravelmente à realização da pesquisa, bem como indicou o Centro de Detenção Provisória como local para o seu desenvolvimento.

Assim, entendo não haver óbice ao deferimento do pedido apresentado, desde que obedecidas as normas e recomendações de segurança típicas do sistema carcerário, bem como os limites estabelecidos por este Juízo.

Nesse sentido, ressalto que a realização de entrevista com internos e servidores do sistema penitenciário deverá ficar estritamente condicionada à colheita do devido termo de consentimento.

Ademais, por razões de segurança, as pesquisadoras não poderão realizar a captação de imagens internas ou externas ao estabelecimento prisional, uma vez que não houve pedido de autorização específica nesse sentido, bem como por não vislumbrar relevância em tal procedimento para o tema da pesquisa.

Pelo exposto, **DEFIRO** o pedido formulado pela requerente, a fim de autorizar a realização da pesquisa acadêmica indicada à fl. 03 no interior do CDP, conforme indicado pela SESIPE por meio do Ofício de fl. 02.

A requerente deverá agendar diretamente junto à unidade prisional a data em que as atividades relativas à pesquisa serão realizadas.

Por fim, a referida Direção deverá adotar as providências necessárias à manutenção da segurança e da estabilidade do sistema penitenciário, bem como assegurar a regularidade dos procedimentos a serem realizados, em especial no que tange à proteção da intimidade e privacidade dos internos e servidores envolvidos no trabalho acadêmico.

Este Juízo deverá ser imediatamente comunicado acerca de quaisquer intercorrências relevantes envolvendo a pesquisa ora autorizada.

Comuniquem à requerente, encaminhando cópia da presente decisão.

Comuniquem à SESIPE e à Direção do CDP.

Por fim, não havendo novos requerimentos arquivem o presente Procedimento.

CONFIRO FORÇA DE OFÍCIO À PRESENTE DECISÃO.



Distrito Federal, 2 de Junho de 2017.



 TJDFT

Documento não assinado digitalmente

LEILA CURY
JUIZ(A) DE DIREITO

ANEXO 2: TCLE PARA JUÍZ DE DIREITO

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é estudar o sistema penitenciário e qual a situação das mulheres trans quando encarceradas.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por ser um agente do judiciário que tem conhecimentos específicos sobre o sistema carcerário e sobre suas demandas e eventuais falhas.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder às perguntas que surgirão no decorrer das entrevistas. Lembrando que caso não queira responder, podemos interromper a entrevista ou adequar as perguntas às possibilidades dos participantes.
- O procedimento é o de realização de entrevistas, que serão gravadas para que, depois, possamos estudar e tirar conclusões sobre conteúdo dessa conversa.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada na Vara de Execuções Penais do Distrito Federal e Territórios, localizada no Setor de Rádio e Televisão Sul Quadra 701, bl. N, lote 8, 2º andar

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos baixos, pois deve ser claro que o objetivo dessa pesquisa é somente o de estudar a situação das mulheres trans quando presas e entender como o sistema lida com elas e não é o de prestar qualquer assistência jurídica voluntária, muito embora o que se pretenda com os resultados dessa pesquisa seja a melhoria do sistema como um todo em relação às travestis e transexuais. Assim, as expectativas dos entrevistados corresponder ao que efetivamente se busca com o presente projeto de pesquisa.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Essas medidas serão a de gravarmos o conteúdo de toda a conversa para nos atentarmos à verdade dos fatos e para assegurar que nenhuma informação será perdida. Além disso, nós vamos manter seu nome e suas informações pessoais em total sigilo e apenas o conteúdo da entrevista será revelado.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá fazer visíveis suas necessidades e/ou dificuldades do e com o sistema para que, juntamente com outros estudos desenvolvidos nessa pesquisa, as devidas conclusões possam se analisadas. Apesar de o objetivo dessa pesquisa não seja o de atender de imediato qualquer demanda das voluntárias participantes, o que se espera é que no futuro o sistema possa se atentar às falhas e preenche-las. além de contribuir para maior conhecimento sobre a situação das mulheres trans encarceradas, bem como suas necessidades em relação ao sistema penitenciário.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação

financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados, como os instrumentos que gravarão o conteúdo das entrevistas, ficarão guardados sob a responsabilidade de Isabella Petrocchi Rodrigues dos Santos, aluna pesquisadora do tema, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _ _ _ _ _ RG _ _ _ _ _ , após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo. Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _ .

Participante

ANEXO 3: TCLE PARA DIRETOR DO CDP

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é estudar o sistema penitenciário e qual a situação das mulheres trans quando encarceradas.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por ser um agente do judiciário que tem conhecimentos específicos sobre o sistema carcerário e sobre suas demandas e eventuais falhas.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder às perguntas que surgirão no decorrer das entrevistas. Lembrando que caso não queira responder, podemos interromper a entrevista ou adequar as perguntas às possibilidades dos participantes.
- O procedimento é o de realização de entrevistas, que poderão ser gravadas para que, depois, possamos estudar e tirar conclusões sobre conteúdo dessa conversa.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada no Centro de Detenção Provisório (CDP).

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos baixos, pois deve ser claro que o objetivo dessa

pesquisa é somente o de estudar a situação das mulheres travestis e transexuais quando presas e entender como o sistema lida com elas e não é o de prestar qualquer assistência jurídica voluntária, muito embora o que se pretenda com os resultados dessa pesquisa seja a melhoria do sistema como um todo em relação às travestis e transexuais. Assim, as expectativas dos entrevistados corresponder ao que efetivamente se busca com o presente projeto de pesquisa.

- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Essas medidas serão a de gravarmos e/ou tomarmos apontamentos do conteúdo de toda a conversa para nos atentarmos à verdade dos fatos e para assegurar que nenhuma informação será perdida. Além disso, nós vamos manter seu nome e suas informações pessoais em total sigilo e apenas o conteúdo da entrevista será revelado.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá fazer visíveis suas necessidades e/ou dificuldades do e com o sistema para que, juntamente com outros estudos desenvolvidos nessa pesquisa, as devidas conclusões possam se analisadas. Apesar de o objetivo dessa pesquisa não seja o de atender de imediato qualquer demanda das voluntárias participantes, o que se espera é que no futuro o sistema possa se atentar às falhas e preenchê-las. Além de contribuir para maior conhecimento sobre a situação das mulheres trans encarceradas, bem como suas necessidades em relação ao sistema penitenciário.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados, como os instrumentos que gravarão o conteúdo das entrevistas, ficarão guardados sob a responsabilidade de Isabella Petrocchi Rodrigues dos Santos, aluna pesquisadora do tema, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/UnICEUB, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _ _ _ _ _ RG _ _ _ _ _ , após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo. Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _ .

Participante

ANEXO 4: TCLE PARA TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE ENCARCERAMENTO

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citado. O texto abaixo apresenta todas as informações necessárias sobre o que estamos fazendo. Sua colaboração neste estudo será de muita importância para nós, mas se desistir a qualquer momento, isso não lhe causará prejuízo.

O nome deste documento que você está lendo é Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Antes de decidir se deseja participar (de livre e espontânea vontade) você deverá ler e compreender todo o conteúdo. Ao final, caso decida participar, você será solicitado a assiná-lo e receberá uma cópia do mesmo.

Antes de assinar, faça perguntas sobre tudo o que não tiver entendido bem. A equipe deste estudo responderá às suas perguntas a qualquer momento (antes, durante e após o estudo).

Natureza e objetivos do estudo

- O objetivo específico deste estudo é estudar o sistema penitenciário e qual a situação das mulheres trans quando encarceradas.
- Você está sendo convidado a participar exatamente por ser uma mulher trans em situação de encarceramento.

Procedimentos do estudo

- Sua participação consiste em responder às perguntas que surgirão no decorrer das entrevistas. Lembrando que caso não queira responder, podemos interromper a entrevista ou adequar as perguntas às possibilidades dos participantes.
- O procedimento é o de realização de entrevistas, que serão gravadas para que, depois, possamos estudar e tirar conclusões sobre conteúdo dessa conversa.
- Não haverá nenhuma outra forma de envolvimento ou comprometimento neste estudo.
- A pesquisa será realizada no Centro de Detenção Provisório (CDP).

Riscos e benefícios

- Este estudo possui riscos baixos, pois deve ser claro que o objetivo dessa pesquisa é somente o de estudar a situação das mulheres trans quando presas e não é o de prestar qualquer assistência jurídica voluntária, muito embora o que se pretenda com os resultados dessa pesquisa seja a melhoria do sistema como um todo em relação às travestis e transexuais presas. Assim, as expectativas das entrevistadas corresponder ao que efetivamente se busca com o presente projeto de pesquisa.
- Medidas preventivas serão tomadas durante a entrevista para minimizar qualquer risco ou incômodo. Essas medidas serão a de gravarmos o conteúdo de toda a conversa para nos atentarmos à verdade dos fatos e para assegurar que nenhuma informação será perdida. Além disso, nós vamos manter seu nome e suas informações pessoais em total sigilo e apenas o conteúdo da entrevista será revelado.
- Caso esse procedimento possa gerar algum tipo de constrangimento, você não precisa realizá-lo.
- Com sua participação nesta pesquisa você poderá fazer visíveis suas necessidades e/ou dificuldades para que, juntamente com outros estudos desenvolvidos nessa pesquisa, as devidas conclusões possam se analisadas. Apesar de o objetivo dessa pesquisa não seja o de atender de imediato qualquer demanda das voluntárias participantes, o que se espera é que no futuro o sistema possa se atentar às falhas e preenche-las. além de contribuir para maior conhecimento sobre a situação das mulheres trans encarceradas, bem como suas necessidades em relação ao sistema penitenciário.

Participação, recusa e direito de se retirar do estudo

- Sua participação é voluntária. Você não terá nenhum prejuízo se não quiser participar.
- Você poderá se retirar desta pesquisa a qualquer momento, bastando para isso entrar em contato com um dos pesquisadores responsáveis.
- Conforme previsto pelas normas brasileiras de pesquisa com a participação de seres humanos, você não receberá nenhum tipo de compensação financeira pela sua participação neste estudo.

Confidencialidade

- Seus dados serão manuseados somente pelos pesquisadores e não será permitido o acesso a outras pessoas.
- Os dados e instrumentos utilizados, como os instrumentos que gravarão o conteúdo das entrevistas, ficarão guardados sob a responsabilidade de Isabella Petrocchi Rodrigues dos Santos, aluna pesquisadora do tema, com a garantia de manutenção do sigilo e confidencialidade, e arquivados por um período de 5 anos; após esse tempo serão destruídos.
- Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas. Entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade.

Se houver alguma consideração ou dúvida referente aos aspectos éticos da pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário de Brasília – CEP/Uniceub, que aprovou esta pesquisa, pelo telefone 3966.1511 ou pelo e-mail cep.uniceub@uniceub.br. Também entre em contato para informar ocorrências irregulares ou danosas durante a sua participação no estudo.

Eu, _ _ _ _ _ RG _ _ _ _ _ , após receber a explicação completa dos objetivos do estudo e dos procedimentos envolvidos nesta pesquisa concordo voluntariamente em fazer parte deste estudo.

Este Termo de Consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor(a).

Brasília, ____ de _____ de _ .

_ _ _ _ _

Participante

ANEXO 5: PERGUNTAS DAS ENTREVISTAS COM A JUÍZA TITULAR DA VEP

1. De que forma execução penal interfere na individualização da pena?
2. Quais os parâmetros utilizados pelo judiciário a fim de determinar o gênero da pessoa presa? Por que?
3. As disposições que tratam sobre mulheres na LEP incluem as travestis e transexuais?
4. Como garantir a igualdade material no momento da individualização da pena para travestis e mulheres trans levando em consideração sua identidade de gênero? (tratar desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade).
5. Sobre o artigo 5 da lei 7210/84 (LEP), o que é levado em conta na análise da “personalidade” de agente? Qual a influência do gênero na análise desse requisito (personalidade)?
6. O fato de as travestis ou transexuais se definirem como tais influencia na análise da individualização da pena?
7. Qual o posicionamento de Vossa Excelência sobre a Resolução Conjunta nº 1 de 15 e abril de 2014? Os parâmetros nela definidos são levados em conta em algum momento quando essas mulheres são direcionadas aos presídios?
8. Levando em consideração a regra 56 contida nas Regras de Bangkok, é adotada alguma medida para evitar abusos em relação às mulheres trans presas cautelarmente?
9. Ainda sobre as regras de Bangkok e considerando o disposto na regra 63, há algum procedimento diferenciado no que se refere ao livramento condicional dessas mulheres presas?
10. Vossa Excelência tem alguma(s) experiência(s) específica(s) em processos que envolveram ou envolvam travestis ou transexuais?
11. Considerando a situação das mulheres travestis e transexuais que passam, de alguma forma, pelo sistema (carcerário, judiciário etc), qual a sua opinião sobre a efetividade das Resoluções e demais instrumentos normativos no âmbito do Judiciário brasileiro?

ANEXO 6: PERGUNTAS PARA DIRETOR DO CDP

1. Quando entram no CDP, para onde são encaminhadas as travestis?
2. Quantas são?
3. Há algum tipo de protocolo interno que esclarece e/ou apresenta modos de como lidar com as travestis e transexuais presas?
4. É assegurada a visita íntima a essas presas?
5. Como se dá a revista íntima nessas presas? Quem faz essas revistas?
6. Como é o tratamento de saúde dessas presas? Há algum tratamento diferenciado que atenda às suas necessidades?
7. Há tratamento psiquiátrico e/ou psicológico para elas? Em caso afirmativo, como elas são encaminhadas para esses profissionais?
8. Levando em consideração a regra 56 contida nas Regras de Bangkok, é adotada alguma medida para evitar abusos em relação às mulheres trans presas cautelarmente?
9. Em se tratando do nome social das travestis encarceradas, em que momento ele é definido? Quando da entrada delas no presídio? Nas delegacias?
10. Elas são chamadas por esse nome social ou pelo nome de registro?
11. Há algum espaço diferenciado para essas presas? Como é a transferência dessas presas para o espaço de vivência específico? Caso contrário, quais os critérios para a mudança? Se houver esse espaço, quais os agentes carcerários que podem transitar por esses locais? São mulheres?
12. Quais roupas essas presas usam? Podem usar o que escolherem ou têm que usar roupas parecidas com as dos outros encarcerados? Podem manter os cabelos longos se desejarem?
13. É garantido às travestis e transexuais presas o tratamento hormonal adequado? Como se dá esse tratamento? Quais os critérios para elas conseguirem os hormônios?

ANEXO 7: PERGUNTAS PARA TRAVESTIS EM SITUAÇÃO DE ENCARCERAMENTO

1. Quando entram no presídio, em algum momento lhes é perguntado o nome pelo qual querem ser chamadas?
2. Foi conferida a possibilidade de manter os cabelos grandes e de usar vestimentas femininas, caso assim deseje? Vocês manifestaram esse desejo?
3. Quem faz as revistas pessoais em você? São agentes mulheres?
4. Vocês tem assegurado o direito de visita íntima de seus/suas parceiros(as)? Se sim, em que condições?
5. Há algum espaço diferenciado em que vocês são colocadas quando chegam ao presídio? Se sim, são as senhoras que solicitam a transferência ou são automaticamente transferidas? Como foi esse processo?
6. Gostariam de estar em outra ala ou presídio?
7. Você pode sair da ala especial se desejar? Como?
8. Você realizava hormonização antes de vir para o presídio?
9. Há tratamento hormonal assegurado para você dentro do presídio? Há tratamento psicológico/psiquiátrico?
10. Como é a convivência interna com agentes e com demais presidiários? Como você é tratada pelos demais agentes?
11. Quantas travestis estão na sua cela? Quantas você conhece que estão nesse presídio?
12. Você já precisou usar o sistema de saúde desse presídio? E qual ocasião?
13. Você conhece ou já sofreu algum tipo de violência por ser travesti?